

ciação, mensurados no balanço pelo seu justo valor, sendo as variações do mesmo registadas por contrapartida de resultados do exercício.

Os derivados com justo valor positivo serão apresentados no activo e os derivados com justo valor negativo no passivo. A adopção desta política contabilística terá um impacto positivo nos capitais próprios do Banco Finantia decorrente do reconhecimento dos *credit default swaps* e *swaps* de moeda ao justo valor.

O Conselho de Administração: *António Manuel Afonso Guerreiro*, presidente — *Eduardo de Almeida Catroga* — *Eduardo José de Belém Garcia e Costa* — *Heinz Herbert Jackel* — *José Maria Iceta Berecibar* — *Marcus Ivor Hopkins* — *Maria Luísa Falcão Libano Monteiro Antas*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Certificação legal das contas individuais

1 — *Introdução*. — Examinámos as demonstrações financeiras do Banco Finantia, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2005, (que evidencia um total de 2 591 742 milhares de euros e um total de capital próprio de 179 428 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 10 423 milhares de euros), as demonstrações dos resultados, por naturezas e por funções, e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente anexo.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com o Plano de Contas para o Sistema Bancário (instrução n.º 4/96 do Banco de Portugal) e outras disposições e práticas geralmente aceites em Portugal para o sector bancário.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração do Banco a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião*. — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Finantia, S. A., em 31 de Dezembro de 2005, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos definidos no Plano de Contas para o Sistema Bancário (instrução n.º 4/96 do Banco de Portugal) e outras disposições e práticas geralmente aceites em Portugal para o sector bancário.

Lisboa, 7 de Março de 2006. — PricewaterhouseCoopers & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.^{da}, representada por *José Manuel Henriques Bernardo*, revisor oficial de contas.

Relatório e parecer do conselho fiscal

1 — Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo conselho de administração do Banco Finantia, S. A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.

2 — No decurso do exercício acompanhamos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade do Banco. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação. Vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 — Acompanhamos igualmente os trabalhos desenvolvidos por PricewaterhouseCoopers & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.^{da} e apreciamos a certificação legal das contas, em anexo, com a qual concordamos. Tomámos também conhecimento do teor do relatório sobre a fiscalização endereçado por aquela sociedade ao conselho de administração nos termos do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

4 — No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) O balanço, as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente anexo permitem uma adequada compreensão da situação financeira do Banco e dos seus resultados;
- ii) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;
- iii) O relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação do Banco evidenciando os aspectos mais significativos;
- iv) A proposta de aplicação de resultados se encontra devidamente fundamentada.

5 — Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do conselho de administração e serviços e as conclusões constantes da certificação legal das Contas, somos do parecer que:

- i) Seja aprovado o relatório de gestão;
- ii) Sejam aprovadas as demonstrações financeiras;
- iii) Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

Lisboa, 7 de Março de 2006. — O Conselho Fiscal: *José Manuel de Almeida Archer*, presidente — *Fernando Manuel Farrajota Condeça*, vogal — PricewaterhouseCoopers & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.^{da}, representada por *José Manuel Henriques Bernardo*, revisor oficial de contas, vogal. 3000203034

BANCO FINANTIA, S. A.

Relatório e contas consolidadas de 2005

Relatório do conselho de administração

Envolvente mundial em 2005 e perspectivas

Confirmando as expectativas existentes no início do ano, a economia mundial registou em 2005 um nível de crescimento mais moderado que o verificado em 2004 mas ainda assim acima dos 4%. A expansão continuou a ser liderada pelos EUA, pela China e, em menor medida, pelo Japão, enquanto outras regiões, em particular a Europa, revelaram crescimentos económicos relativamente mais fracos.

Nos EUA verificou-se algum abrandamento da actividade económica, como mostram as últimas estimativas divulgadas pela OCDE, as quais apontam para um crescimento de 3,6% em 2005 contra 4,2% no ano anterior. Ainda assim, a economia norte-americana destacou-se como a mais dinâmica dentro do G-7, impulsionada pelo incremento da produtividade. As previsões a médio prazo apontam para uma dinâmica sustentada de crescimento: 3,5% em 2006 e 3,3% em 2007.

A conjuntura económica na zona euro pautou-se por um sentimento negativo, com sucessivas revisões em baixa das projecções de crescimento dos principais países. Manteve-se a fraca procura doméstica e uma débil capacidade das economias para absorverem os choques externos. A zona euro deverá ter alcançado um crescimento médio

de 1,4% em 2005, abaixo de 1,8% conseguido em 2004. Em 2006 e 2007 é esperada alguma recuperação da economia europeia, traduzida em taxas médias de crescimento de 2,1% e 2,2%, respectivamente.

Após uma forte retoma em 2004, o crescimento do PIB na América Latina sofreu algum abrandamento em 2005 para cerca de 4%. No Brasil, a procura interna caiu no início do ano, em resposta às políticas monetárias para conter a inflação, ao mesmo tempo que a valorização do real tem suscitado alguma preocupação, devido à repercussão negativa sobre as exportações. Os últimos indicadores divulgados revelaram uma contracção do PIB no terceiro trimestre de 2005 face ao período anterior, influenciada por factores políticos e pelo elevado nível das taxas de juro reais. Assim, após uma expansão económica de cerca de 5% em 2004, o país deverá conhecer uma desaceleração para um crescimento esperado na casa dos 3% em 2005 e 2006.

No Leste Europeu, a Rússia continuou a apresentar um bom andamento da economia, com um aumento esperado de 6,1% do PIB, a par de uma inflação estável, na casa dos 11%. Este andamento da economia russa começa já a pressionar a capacidade instalada disponível, pelo que, para 2006 e 2007, se espera algum abrandamento do crescimento deste país para cerca de 5%, acompanhado por uma desaceleração da inflação para níveis em torno dos 10%. Também a Turquia tem apresentado uma sólida expansão económica, estimulando-se um crescimento de 5,8% em 2005. Com a melhoria da confiança dos agentes económicos, quer no plano doméstico quer internacional, beneficiando das negociações de adesão à União Europeia, é de esperar um fortalecimento da economia turca nos próximos anos, com taxas de crescimento superiores a 6% em 2006 e 2007, em que o investimento deverá ser o principal motor.

A conjuntura económica na Península Ibérica

O abrandamento da actividade económica em Portugal no terceiro trimestre de 2005 veio confirmar que a consolidação do crescimento ainda não foi alcançada. As estimativas, apontam agora para um crescimento de 0,5% no ano de 2005, que compara com uma expansão de 1,2% do PIB no ano anterior. Em 2006 e 2007, é esperada alguma recuperação da economia portuguesa a taxas de cerca de 1%, continuando contudo a operar abaixo do seu potencial e do crescimento médio da zona euro.

A economia espanhola manteve um crescimento vigoroso em 2005 (cerca de 3,4%), acima do ano anterior e do da zona euro pelo 5.º ano consecutivo. Em 2006 e 2007, a Espanha deverá continuar a apresentar taxas de crescimento superiores a 3%. O aumento das exportações, a reboque da retoma esperada na Europa, deverá mais do que compensar o abrandamento do consumo privado, sendo que a desaceleração desta componente do PIB é encarada como factor positivo para a redução das pressões inflacionistas. A inflação espanhola continua acima da média da zona euro (3,2% *versus* 1,8%, em 2005), exibindo assim um diferencial que tem vindo a alargar-se, e que poderá resultar numa perda de competitividade da economia.

Actividades operacionais

Em 2005, o Banco Finantia continuou a expandir-se nas suas três principais áreas — Crédito ao Consumo, Banca de Investimento e Banca Privada.

A área de crédito ao consumo cresceu mais de 20% quer a nível de produção, quer a nível de carteira de clientes. Com uma produção anual próxima dos 470 milhões de euros e uma carteira de crédito de aproximadamente 900 milhões de euros, o Grupo continua a afirmar-se como uma das instituições Ibéricas líderes neste segmento da actividade financeira.

A área de banca de investimento focou-se essencialmente nos mercados de capitais de renda fixa, *trade finance* e na assessoria financeira. O segmento de mercado de capitais expandiu as suas actividades em mais de 50%, com a carteira de renda fixa a superar 1 bilhão de euros, enquanto *trade finance* cresceu as suas actividades em cerca de 40% com a carteira no final do ano a aproximar-se dos 150 milhões de euros. Nos mercados primários de renda fixa e de *trade finance*, o Banco esteve particularmente activo no mercado brasileiro. Em cooperação com o novo accionista do Banco (Moscow Narodny Bank) conseguiu-se uma penetração importante nos mercados da Rússia e dos países da Comunidade de Estados Independentes (CEI).

A actividade de assessoria financeira concentrou-se na Península Ibérica, sendo de destacar o mandato obtido para o projecto ferroviário de alta velocidade em Portugal, RAVE.

A Banca Privada continuou a sua expansão em Portugal e Espanha, mantendo os seus padrões de profissionalismo e excelência e mais uma vez obtendo excelentes resultados para os seus clientes.

A excelência do trabalho do Banco foi novamente reconhecida internacionalmente. Desta vez com um prémio particularmente significativo por parte da Euromoney: O Melhor Médio e Pequeno Banco na Europa Ocidental.

Crédito ao consumo

Em 2005, a actividade de crédito ao consumo, desenvolvida na Península Ibérica pelas subsidiárias Sofinloc (Portugal) e Banco Finantia Sofinloc (Espanha), continuou a focalizar-se no financiamento da aquisição de automóveis de passageiros e ligeiros comerciais. A ênfase manteve-se nos segmentos de particulares, profissionais liberais e pequenas e médias empresas, através dos produtos crédito, locação financeira e locação simples/aluguer de longa duração (ALD). As operações são angariadas principalmente através dos concessionários e comerciantes de automóveis, suportados por equipas comerciais baseadas nas sedes em Lisboa e Madrid e em 22 agências, das quais 16 em Portugal e 6 em Espanha.

O mercado ibérico de viaturas ligeiras novas cresceu 3,4% em 2005, ano em que foram matriculadas 2 184 000 unidades, contra 2 112 000 no ano de 2004. Isto significa no entanto uma desaceleração do crescimento das vendas, que em 2004 se havia situado em 9,3%.

O diferencial de taxas de crescimento macroeconómico em 2005 entre as duas economias ibéricas, favorável a Espanha, traduziu-se num dinamismo do mercado automóvel espanhol superior ao português (crescimento de 3,7% contra 1,6%).

Apesar da referida quebra do ritmo de progressão do mercado de vendas de viaturas ligeiras na Península no ano em análise, a actividade de financiamento automóvel do Grupo manteve em 2005 o ritmo de crescimento de 22% verificado no ano precedente, com o montante financiado (desembolsado) em novas operações a alcançar os 467,8 milhões de euros, ou seja um acréscimo de produção de 84,4 milhões de euros face a 2004.

Ao contrário do sucedido em 2004, o forte desempenho assinalado ficou a dever-se principalmente ao incremento da produção em Portugal, a qual atingiu 325,5 milhões, isto é, mais 28% do que no ano anterior. O crescimento da actividade em Espanha cifrou-se em 11%, alcançando um valor financiado de 142,3 milhões de euros.

Em complemento da actividade principal, a área de crédito ao consumo dedica-se também à colocação de seguros principalmente relacionados com as operações de financiamento automóvel. Os produtos comercializados incluem o seguro de protecção ao crédito (vida e desemprego), o seguro automóvel associado ao financiamento (seguro auto financiamento) e o seguro automóvel sem financiamento associado (seguro auto extra financiamento), este último essencialmente ligado às vendas resultantes do *cross-selling*. O volume de comissões gerado por esta actividade no ano transacto foi de € 3,8 milhões em Portugal e de 0,7 milhões de euros em Espanha, a que correspondem taxas de crescimento face a 2004 de 15% e de 73%, respectivamente.

A carteira viva de crédito ao consumo do Grupo em toda a Península Ibérica, incluindo a totalidade dos contratos sob gestão (isto é, a soma dos montantes em dívida dos contratos activos em balanço com os valores objecto de titularização) atingiu o valor de 897 milhões de euros no final de 2005, dos quais 645 milhões de euros (72%) em Portugal e 252 milhões (28%) em Espanha. Estes números correspondem a um crescimento global de 19% em relação ao valor da carteira no final de 2004, em consequência de aumentos de 16% e 28% das carteiras de Portugal e de Espanha, respectivamente.

Mercado de capitais

A área de mercado de capitais expandiu significativamente as suas actividades no ano de 2005, aumentando o volume de transacções, diversificando os países e os tipos de títulos envolvidos e reforçando a base de distribuição. Nos mercados primários a ênfase foi em emittentes brasileiros, turcos, russos e dos países da CEI.

No Brasil, o Banco Finantia consolidou uma vez mais a sua posição liderando emissões para o Banco Mercantil do Brasil, Banco Alfa de Investimento e Banco Industrial e Comercial do Brasil e participando em diversos sindicatos obrigacionistas, dos quais destacamos a participação na emissão da Brascan Imobiliária.

Capitalizando no relacionamento privilegiado com o seu accionista Moscow Narodny Bank, o Banco reforçou a sua posição no mercado de Eurobonds Russos e da CEI, liderando ou participando em diversos sindicatos de emissões de obrigações, nomeadamente do VTB, Russian Standard Bank, Bank of Moscow, Turan Alem e República de Bashkortostan, operações que ascenderam a um total de 2 bilhões de dólares diss. A sua presença nesta área geográfica foi marcada ainda pela participação numa operação inovadora: Russian Auto Loans Finance, BV

para o Banco Soyuz, a primeira titularização de crédito automóvel realizada no mercado russo.

Tendo por base a sua plataforma de distribuição a partir dos escritórios de Lisboa, Madrid, Londres, Nova Iorque e São Paulo, o Banco registou um reforço significativo da sua posição beneficiando da expansão da sua base de clientes. Durante o ano, o Banco conseguiu alargar o alcance do seu sistema de execução electrónica a um maior número de títulos e de investidores. Em 2005 o Banco transaccionou mais de 2,5 biliões de dólares em títulos de renda fixa internacional.

Como suporte das suas actividades no mercado de dívida, o Banco patrocinou múltiplas apresentações (*road shows*) de diversos emitentes junto da sua base de investidores internacionais.

Trade finance

A área de *trade finance* continuou no ano de 2005 a expansão das suas actividades, não só com a adição de novos mercados mas também com a diversificação da linha de produtos com que trabalha e com a ampliação considerável da carteira.

Mais uma vez o ano foi caracterizado pela melhoria do risco e consequente redução de margens em diversos mercados emergentes, com destaque para o Brasil, Rússia e Turquia e também pelo sistemático aumento nas taxas de juro de curto prazo americanas.

Continuando com a sua política de diversificação de risco e expansão geográfica, o Banco Finantia aumentou consideravelmente a sua actuação em diversos países do Leste Europeu que, além do Brasil e da Turquia, compõem os principais mercados cobertos pela área de *trade finance*. Também cresceram as participações em empréstimos sindicados e operações estruturadas de pré-financiamento à exportação, tanto no mercado primário como no secundário.

No mercado primário destacaram-se operações para bancos russos tais como o Uralsibank, Promsvyazbank, Nomos Bank, Russian Standard Bank e Absolut Bank. No Kazaquistão foram destaque operações para o Bank Turanalem, Bank Centercredit e Alliance Bank. O Banco Finantia também começou a operar directamente com entidades financeiras da Ucrânia (Ukrsibbank) e da Bielorrússia (Belgazprombank).

No Brasil, um dos mercados onde o Banco Finantia é mais actuante, além de continuar as actividades com os seus clientes tradicionais, o Banco passou a operar com novos emitentes (Banco Mercantil do Brasil e a Caraíba Metais).

Também as actividades no mercado turco continuaram a ser significativas com emissões de notas promissórias para empresas de *leasing* (Garanti Leasing e Finansleasing) e a participação em transacções envolvendo empresas privadas (p. e. Dogus Otomotiv Servis).

Assessoria financeira

O Banco Finantia voltou a destacar-se como uma das principais instituições portuguesas na área de assessoria financeira em 2005, não obstante a retracção da actividade de fusões e aquisições em Portugal.

A nível da actividade de fusões e aquisições, o Banco actuou como assessor financeiro dos accionistas da IMI — Imagens Médicas Integradas no processo de alienação da totalidade do capital da empresa ao Grupo Português de Saúde.

Na área de financiamentos estruturados, o Banco Finantia foi designado o líder do consórcio seleccionado pela RAVE para assessorar o financiamento do projecto ferroviário de alta velocidade em Portugal envolvendo um investimento global superior a 7,5 biliões de euros.

O extenso *track-record* em operações de titularização de carteiras de crédito foi consolidado através da estruturação e colocação da LTR Warehouse do Grupo no valor de 300 milhões de euros. Através da sua subsidiária Finantia — SGFTC, o Banco continua a ter uma posição destacada no mercado de gestão de fundos de titularização de créditos em Portugal com um volume global de carteiras sob gestão superior a 2,4 mil milhões de euros no final de 2005.

Tendo por base os projectos actuais em carteira e as perspectivas favoráveis relativamente à angariação de novos mandatos, antevê-se que a actividade de assessoria financeira possa crescer de forma significativa no próximo ano, alicerçada nas capacidades de originação à escala ibérica, no eixo de relações com o mercado brasileiro e na participação activa em processos de operações estruturadas.

Banca privada

O ano de 2005 foi, mais uma vez, caracterizado pelo crescimento e expansão da actividade, com o consequente impacto no alargamento da base de clientes e no aumento do volume de activos sob gestão, situação que consolida a presença do Banco nesta área de negócio.

Perante a retoma da economia mundial, suportada pelo forte crescimento de algumas economias emergentes, dos EUA e dos novos países que integraram a União Europeia, o Finantia Private desenvolveu propostas de investimento combinando a oferta integrada e independente de produtos e serviços, com uma adequada gestão do risco face à constante incerteza dos mercados.

A análise rigorosa e o apuramento independente dos produtos a propor aos clientes, associados a uma maior diversificação patrimonial e ao aumento progressivo da exposição ao mercado accionista numa óptica global, permitiram obter uma maior flexibilidade e optimização da relação risco/retorno.

Para 2006 continuaremos a apostar no crescimento do volume de negócios desta área através da captação selectiva de novos clientes e da fidelização dos actuais.

este facto não será alheia a qualidade e sofisticação do serviço oferecido, o aconselhamento independente, a inovação das soluções financeiras apresentadas e a discrição, confidencialidade e excelência que os nossos clientes já nos reconhecem.

Além dos centros de Lisboa, Barcelona, Madrid e Porto, o Grupo oferecerá a partir do primeiro trimestre de 2006 os seus serviços nesta área também em Valência, praça bastante promissora dado o forte crescimento da região valenciana.

Tesouraria

A tesouraria continuou a acompanhar e a controlar todos os fluxos financeiros gerados pela actividade do Banco, sendo responsável pela gestão da liquidez, carteira própria e passivos de curto e médio prazo.

O ano de 2005 foi marcado pela emissão de 75 milhões de euros de dívida subordinada (Tier II), e por um empréstimo sindicado de médio prazo de 160 milhões de euros colocado junto de um conjunto alargado de Bancos Europeus. Estas emissões contribuíram para o alongamento do perfil de dívida do Banco e para a diversificação das fontes e instrumentos de financiamento.

Actividades de suporte

Sistemas de informação e operações

Na vertente de infra-estruturas foram melhoradas as comunicações entre a sede e as diversas delegações e sucursais, incluindo Espanha, permitindo uma melhoria apreciável de serviço sem aumento de custos. No intuito de melhorar a imagem e o serviço das delegações, foram substituídos todos os computadores assim como os ecrãs das mesmas por ecrãs planos.

Foi instalado no Porto um novo centro de Disaster & Recovery para o Grupo devendo os primeiros testes ao mesmo ser efectuados no início de 2006. O objectivo é garantir a continuidade das operações de *back-office* em caso de impossibilidade de acesso às instalações de Lisboa e futuramente de Madrid.

Em 2005 foi renegociado o acordo de utilização do Midas (aplicação que gere o *back-office* do Banco) para além de 2007 e por um período de 25 anos. Este acordo, que representa um investimento significativo em licenças e serviços, dá direito à utilização da nova versão Midas Plus assim como de um conjunto de módulos adicionais que irão melhorar as operativas dos *back-office* e da Banca Privada.

Fruto da experiência de utilização de ferramentas de base de dados na área de crédito ao consumo, foi desenvolvida uma Data Warehouse para a área de mercados financeiros. Esta está já a ser utilizada na automatização dos cálculos dos activos de risco ponderados e de alguns dos impactos da adopção das normas internacionais de contabilidade. Pretende-se no futuro ter uma plataforma de dados consolidada do Grupo, que sirva como repositório único para toda a informação de gestão.

Relativamente ao departamento de operações, verificou-se em 2005 um acréscimo da média mensal de operações processadas, com especial relevância para o mercado de capitais e transferência de fundos.

A constante preocupação na actualização e desenvolvimento dos procedimentos e ferramentas, associada a um incremento do nível de qualidade, foi e continuará a ser determinante para o aumento da capacidade de processamento. No decorrer do ano 2005 destaca-se o maior nível de automatismo do processamento de operações de renda fixa internacional, operações de transferência de fundos e a revisão completa dos procedimentos de reconciliação de contas.

Para 2006 o departamento de operações continuará concentrado no desenvolvimento dos processos de forma a manter o aumento do nível de eficiência, não descuidando os aspectos relacionados com a segurança, aprofundando os procedimentos de controlo e a capacidade de resposta em situações de contingência.

Recursos humanos

A política de recursos humanos do Grupo em 2005 incidiu especialmente no desenvolvimento e reforço das competências profissionais e pessoais dos seus colaboradores.

Ao nível do recrutamento, no presente ano e na continuidade dos dois anos anteriores, Espanha mereceu especial destaque neste capítulo, dada a sua importância na estratégia de crescimento do Grupo, sofrendo um incremento no seu efectivo na ordem dos 19% relativamente ao ano transacto. Em Portugal, a actividade incidiu essencialmente na contratação de pessoal qualificado em áreas específicas.

O incentivo à mobilidade e rotação interna dos colaboradores manteve-se como uma prioridade. No ano de 2005 em Portugal mudaram de funções ao longo do ano cerca de 10% dos colaboradores.

Destaca-se no ano de 2005 a mudança e reformulação da prestação de serviços de medicina do trabalho, proporcionando uma melhoria considerável nas condições daqueles serviços e contribuindo desta forma para um melhor bem-estar dos colaboradores do grupo.

Ao nível da formação profissional, o Grupo apostou uma vez mais em acções de formação continuada em inglês e espanhol, que envolveram cerca de 50 colaboradores.

Merece especial relevância a realização por parte de alguns colaboradores de formação académica ao nível de MBAs, licenciaturas, pós-graduações e especializações em áreas relacionadas com as actividades do grupo.

As acções de acolhimento e integração de novos colaboradores no início de cada mês, continuaram a assumir um papel importante na transmissão da cultura e dos valores do Grupo, consubstanciando uma melhor e mais rápida adaptação dos recém admitidos à organização.

A formação comportamental foi novamente uma prioridade, com destaque para acções de formação em negociação envolvendo as áreas comercial, de serviço ao cliente e *call-center*. Durante o exercício, as diversas acções de formação envolveram mais de 50% dos colaboradores do Grupo.

O ano de 2005 ficou marcado pelo aumento de cerca de 4% dos recursos humanos do Grupo, motivado pelo crescimento de todas as actividades, mantendo especial incidência a actividade de crédito ao consumo.

No final de Dezembro de 2005, colaboravam com o Grupo um total de 461 pessoas, das quais 337 em Portugal (212 do subgrupo Sofinloc e 125 no Banco Finantia) e 124 no estrangeiro (dos quais 106 em Espanha), sendo 317 quadros técnicos e gestores e 144 administrativos.

Avaliação e gestão de riscos

O Banco Finantia atribui alta prioridade às áreas de gestão de riscos. Em 2005 foram integrados os departamentos de Crédito e ALM (Assets and Liabilities Management) visando a obtenção de sinergias e o reforço dos meios humanos e técnicos do novo departamento. Paralelamente iniciou-se um projecto ambicioso de automatização da recolha, centralização e tratamento de todos os dados relevantes para a gestão de riscos a nível consolidado, base indispensável para assegurar a produção tempestiva de informação de gestão neste domínio.

No âmbito do Novo Acordo de Basileia, o Grupo realizou um estudo exaustivo sobre o impacto da aplicação da nova regulamentação sobre os *ratios* de capital, que permitiu chegar a importantes conclusões não só sobre os vários métodos a adoptar em termos das componentes dos riscos de crédito, de mercado e operacional, mas também quanto às estratégias de investimento mais aconselháveis no novo contexto regulamentar, incluindo as novas normas contabilísticas internacionais (IAS/IFRS).

Risco de crédito

A gestão do risco de crédito obedece a um conjunto de princípios e procedimentos internos constantes das Normas de Crédito do Grupo, que definem diferentes níveis de alçada de decisão consoante o risco subjacente e possibilitam a análise prévia da rentabilidade esperada dos fundos próprios utilizados em cada operação.

O Grupo conta com uma vasta experiência ao nível da gestão do risco da carteira de crédito ao consumo, maioritariamente automóvel, tendo desenvolvido desde há mais de dez anos um modelo de *scoring* que se aplica a particulares e empresas. O modelo, que é revisto e calibrado regularmente, atribui a cada proposta de crédito uma notação a que está associada uma dada probabilidade de perda. Isso permite o cálculo da rentabilidade estimada de cada operação, ajustada pelas perdas esperadas. Este modelo financeiro de originação, que gere o equilíbrio do binómio rentabilidade/risco, foi objecto em 2005 de revisões tendentes à sua optimização.

Na área de banca de investimento, todas as operações estão sujeitas a limites definidos pelo comité financeiro, precedendo parecer do departamento de crédito fundamentado em análises individuais do risco de crédito e de contraparte. Esta actividade é enquadrada por um mecanismo de gestão global dos limites de crédito, que integra grelhas que definem *à priori* máximos indicativos de exposição, de acordo com os *ratings* externos das contrapartes, o tipo de emittentes e o risco de produto.

Além do controlo através dos limites individuais, procede-se a uma gestão do risco de crédito em termos globais, considerando as correlações entre riscos, nomeadamente analisando e limitando exposições geográficas e sectoriais.

Risco de mercado

O comité financeiro é o órgão a quem compete analisar detalhadamente a exposição ao risco de mercado e estabelecer limites que garantam o respeito pela estratégia de investimento definida, a qual, em termos genéricos, procura assegurar uma adequada diversificação da base de activos e a opção por investimentos que apresentem um nível de volatilidade limitado. Pretende-se, por um lado, limitar a exposição à variabilidade dos mercados e, por outro, através da correlação inversa de diferentes classes de activos, minorar os efeitos de variações que possam afectar negativamente um determinado investimento.

É de realçar a existência de uma rotina diária de cálculo do VaR (*value at risk*) para a carteira de títulos (que é alargada a todo o balanço do Grupo), em linha com as recomendações do Bank for International Settlements (BIS). Têm sido realizados *bank tests* ao modelo com resultados satisfatórios. O Grupo apresentava, no final de Dezembro, um VaR diário de cerca de 1,4 milhões de euros (com um intervalo de confiança de 99%) respeitante aos activos totais, o que corresponde a 0,8% dos fundos próprios de base consolidados. Complementarmente procede-se ao controlo sistemático dos *gaps* de taxas de juro e cambiais, que são objecto de criteriosa análise pelo comité financeiro.

Risco de taxa de juro

A exposição às variações das taxas de juro é objecto de cuidadosa e permanente análise e acompanhamento. Para os activos do crédito ao consumo estabeleceu-se como princípio orientador a cobertura deste tipo de risco, sendo a mesma assegurada através da contratação de *swaps* de taxa de juro que permitem o *matching* das maturidades e prazos de refixação médios das taxas desses activos com os que resultam dos passivos das operações de titularização correspondentes.

Na área da Banca de investimento, é realizada a monitorização sistemática da distribuição de activos e passivos de acordo com os seus prazos de refixação de taxa, procedendo-se regularmente à cobertura dos riscos que excedam os limites definidos pelo comité financeiro, mediante a utilização de instrumentos derivados adequados.

Risco cambial

É norma do Grupo operar exclusivamente em activos e passivos denominados em euros e dólares. As posições noutras divisas são pontuais e sem peso significativo no balanço e nos resultados da instituição. Tendo em vista neutralizar o risco cambial das exposições em dólares, procede-se diariamente à monitorização não só da posição cambial à vista como também da exposição a prazo resultante das expectativas do impacto que os activos e passivos em dólares poderão gerar no futuro.

Mensalmente estas análises são detalhadamente apresentadas e discutidas no comité financeiro, tendo em vista a definição ou correcção das medidas a adoptar de forma a atingir o objectivo de minimização dos riscos cambiais incorridos.

Risco de liquidez

O Banco assume deliberadamente uma posição prudente e conservadora em matéria de gestão da liquidez, procurando manter em níveis confortáveis os principais indicadores, em particular a cobertura dos recursos de curto prazo por activos líquidos, por forma a garantir a satisfação das necessidades de tesouraria mesmo em condições adversas de mercado.

Na área da banca de investimento, a estratégia definida consiste em privilegiar aplicações com elevada liquidez, facilmente transaccionáveis em mercado ou que possibilitem o respectivo financiamento através de repôs ou de outros instrumentos. Quanto à actividade de

crédito ao consumo, tem-se optado pelo financiamento *back-to-back* através de operações de titularização numa base ibérica, as quais representavam no final do exercício de 2005 quase 80% do valor total desses activos. Em 2005, o Grupo passou também a utilizar uma estrutura de titularização de curto prazo, alimentada mensalmente com activos de crédito automóvel originados na Península Ibérica, permitindo maximizar a utilização deste instrumento e reduzindo a necessidade do recurso a outras fontes de financiamento.

Relativamente aos demais instrumentos de passivo utilizados, a estratégia assenta na diversificação de fontes, quer em termos de contrapartes, quer em termos do tipo de operações, havendo a preocupação de respeitar determinados *ratios* máximos de concentração nos maiores contrapartes de depósitos, mercados monetários e *repos*.

Risco operacional

As responsabilidades no domínio dos riscos operacionais são atribuídas aos responsáveis de todos os departamentos do Grupo, cujos manuais operativos incluem obrigatoriamente normas e procedimentos tendentes à redução deste tipo de risco.

No âmbito da aplicação do Novo Acordo do Basileia, a área de gestão do risco operacional assume uma grande importância, dado o peso que este tipo de risco passará a ter no consumo de capital. Daí os esforços que vêm sendo desenvolvidos para melhorar os mecanismos de controlo interno destinados a prevenir e ou minorar os efeitos de eventos com origem interna ou externa susceptíveis de causar prejuízos ao Grupo. É de referir, neste contexto, a criação de uma nova área de Controlo de Qualidade no âmbito do departamento de Gestão de Risco, destinada à verificação e validação dos dados das propostas e dos contratos, tendo por base as normas de crédito internas que regem o funcionamento deste tipo de actividade.

Mecenato/responsabilidade social

No âmbito do mecenato e apoio a instituições de solidariedade, o Banco Finantia tem continuado a aderir a um conjunto variado de iniciativas, reforçando o seu compromisso social e assumindo uma intervenção crescente em diferentes áreas.

De facto, o Banco continua a assumir-se como mecenas activo junto de diversas instituições nacionais de prestígio, das quais se destacam o Palácio Nacional da Ajuda e a Fundação de Serralves.

Tendo iniciado há alguns anos as suas acções de mecenato no Palácio Nacional da Ajuda com a recuperação integral da sala do corpo diplomático, em 2005 e à semelhança de anos anteriores, o Banco Finantia continuou a realizar vários eventos nesta instituição, destacando-se o jantar de gala a propósito da última reunião do Conselho Estratégico Internacional do Banco Finantia realizado no passado mês de Outubro.

No que diz respeito à Fundação de Serralves, uma das mais importantes instituições artístico — culturais do país, o Banco Finantia orgulha-se de figurar como entidade fundadora, continuando a privilegiar esta instituição para a realização de eventos, como foi o caso do jantar anual que reuniu os parceiros de negócio da Sofinloc da região Norte realizado no final de 2005 e que contou com a participação de artistas ligados à música de jazz.

O Ensino e a Educação são também áreas que o Grupo continua a privilegiar e a dar o seu contributo. Neste contexto, continuamos a patrocinar o Programa Avançado de Gestão para Executivos do Sector Automóvel leccionado pela Universidade Católica Portuguesa. Este programa, iniciado em 1999 pelo Banco Finantia/Sofinloc, vai já na sua 7.ª edição continuando a dar importante contributo para uma maior profissionalização do sector automóvel.

O Banco Finantia continua a colaborar com o ISEG — Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, nomeadamente no patrocínio de alguns eventos, como o lançamento de livros editados por essa instituição, e na atribuição de um prémio anual e respectivo diploma ao melhor aluno da pós-graduação em estudos europeus.

Finalmente, na área da solidariedade social, o Grupo tem auxiliado diversas instituições de solidariedade social. Este ano teve especial destaque a doação efectuada à associação “Acreditar”, para o apoio às obras do serviço de Pediatria do Instituto Português de Oncologia de Lisboa. Outra iniciativa envolveu o Instituto das Irmãs Doroteias, tendo ajudado financeiramente na acção missionária de voluntariado em Lichinga (Moçambique).

Perspectivas futuras

Espera-se manter o forte crescimento em todas as áreas do Banco.

O crédito ao consumo deverá continuar a sua expansão em Portugal e Espanha, com a abertura de novos escritórios e com um fortalecimento da estrutura comercial.

As áreas de mercado de capitais e de *trade finance*, com o aumento de volume de novas operações das suas carteiras, irão diversificar ainda mais a oferta de activos aos seus clientes e a fortalecer a capacidade de distribuição.

A área de assessoria financeira irá disponibilizar, numa base selectiva, crédito a empresas para operações especiais, facilitando transacções, tais como M&A ou *leveraged acquisitions*.

A banca privada deverá beneficiar dos seus resultados positivos de 2005 e continuar a sua sólida expansão na Península Ibérica.

Resultados consolidados

Em 2005 o Banco Finantia teve um resultado líquido consolidado de 37,5 milhões de euros, o que representa um crescimento de 23% face aos 30,5 milhões de euros alcançados no ano de 2004.

A rentabilidade dos capitais próprios (ROE) situou-se em 21%, em linha com o ano anterior. A rentabilidade dos activos de risco ponderados (RORWA) registou o valor de 2,2%, comparado com 2,4% em 2004, com os activos de risco ponderados a aumentarem 48%. O resultado por acção (EPS) cresceu 21% para 0,52 euros (0,43 euros em 2004).

Pela primeira vez na história do Banco Finantia, o produto bancário ultrapassou os 100 milhões de euros, situando-se em 107,9 milhões de euros contra 92,4 milhões de euros no ano anterior, isto é, um crescimento de 17%.

Apesar do crescimento das diversas áreas de negócio e dos investimentos efectuados para acompanhar o aumento de regulamentação no sector e a transição para os novos normativos (IAS e BALII), os custos operacionais cresceram apenas 4,8% em relação ao ano anterior, apresentando o valor de 44,1 milhões de euros. O *ratio* de eficiência (*cost-to-income*), custos de transformação sobre produto bancário, evidencia uma melhoria acentuada face ao ano anterior passando de 45,6% para 40,8%.

Os activos totais consolidados atingiram 3549 milhões de euros face aos 2064 milhões de euros do ano anterior (incluindo créditos titularizados, *credit default swaps* e operações de cobertura de risco de taxa de juro com registo em balanço). Se retirarmos o valor das operações de cobertura de risco de taxa de juro, que representaram 731 milhões de euros em 2005 (151 milhões de euros em 2004), o aumento dos activos totais consolidados foi de 45%, representando a área de financiamento especializado (crédito ao consumo e *trade finance*) 41% do total, ou seja 1146 milhões de euros (mais 29% que no ano anterior) e a área de renda fixa 40%, ou seja 1130 milhões de euros (mais 78% que em 2004).

A qualidade do crédito registou uma melhoria significativa, tendo o *ratio* de incumprimento (crédito com atrasos superiores a 90 dias e de cobrança duvidosa sobre crédito total) apresentado o valor de 1,8% face aos 2,6% do ano anterior, e o *ratio* de cobertura de provisões para o crédito com atrasos alcançado o nível de 168% (147% em 2004).

A liquidez, solvabilidade e capitalização foram mantidas a níveis confortáveis. O *ratio* de depósitos (excluídas as operações de cobertura de taxa de juro) sobre empréstimos (excluídos os activos titularizados) situou-se em 152% face aos 158% do ano anterior. No primeiro semestre foi realizada uma emissão de dívida subordinada de 75 milhões de euros para suportar o crescimento das diversas actividades, tendo os fundos próprios atingido o valor de 271 milhões de euros no final do ano. O *ratio* de requisitos de fundos próprios (CAD) manteve-se em 13,2% (Tier I de 8,7%).

Ações próprias

No início do exercício de 2005 o Grupo possuía 3 113 645 acções próprias do Banco. As compras e vendas de acções próprias durante o exercício foram feitas ao abrigo da deliberação da assembleia geral do Banco de 9 de Maio de 2005, que inclui uma autorização especial para a compra e venda de acções dentro de um programa de incentivo ao investimento em acções da sociedade pelos colaboradores do Grupo Banco Finantia (incluindo órgãos sociais). Durante o exercício, o Grupo adquiriu, ao abrigo do programa de incentivo, 70 438 acções no montante de 149 milhares de euros e alienou, ao abrigo do mesmo programa, 610 437 no montante de 1251 milhares de euros. Em 31 de Dezembro de 2005 o Grupo detinha 2 573 646 acções próprias.

Aplicação de resultados

Propõe-se que relativamente ao exercício de 2005 seja distribuído aos accionistas um dividendo de 26 cêntimos de euro por cada acção, superior em 18% ao do ano anterior que foi de 22 cêntimos por acção. O resultado remanescente deverá destinar-se a reforçar as reservas livres e resultados transitados, após dotação para as reservas legais.

Considerações finais

Ao concluir mais um ano com excelentes resultados, o conselho de administração deseja expressar o seu reconhecimento a todos os que o apoiaram.

Em primeiro lugar e numa homenagem póstuma, a Geraldo Hess, membro do Conselho Estratégico Internacional do Banco Finantia, falecido em Porto Alegre, Brasil em 19 de Outubro de 2005. O seu desaparecimento representa para nós a perda de um amigo e de um conselheiro de excepção.

Aos seus clientes, accionistas, colaboradores e órgãos sociais pelo seu contributo para o desenvolvimento do Grupo Banco Finantia.

Às autoridades de supervisão dirigimos igualmente palavras de reconhecimento pela cooperação prestada.

Lisboa, 7 de Março de 2006. — O Conselho de Administração: *António Manuel Afonso Guerreiro*, presidente — *Eduardo de Almeida Catroga* — *Eduardo José de Belém Garcia e Costa* — *Heinz Herbert Jackel* — *José Maria Iceta Berecibar* — *Marcus Ivor Hopkins* — *Maria Luísa Falcão Libano Monteiro Antas*.

Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2005 e 2004**ACTIVO**

(Em milhares de euros)

	Notas	2005			2004
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2	5 386	—	5 386	5 827
2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito ..	3	19 360	—	19 360	18 109
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	4	1 330 139	(4 606)	1 325 533	479 015
4 — Crédito sobre clientes	5	299 696	(6 912)	292 784	320 986
5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		—	—	—	—
a) De emissores públicos	6	323 828	(855)	322 973	198 070
b) De outros emissores	6	675 783	(26 614)	649 169	311 643
6 — Acções e outros títulos de rendimento variável	7	17 978	—	17 978	7 697
8 — Partes de capital em empresas filiais excl. da consol.	8	405	—	405	452
10 — Imobilizações incorpóreas	9	4 859	(4 221)	638	296
11 — Imobilizações corpóreas	10	38 270	(18 894)	19 376	19 444
15 — Acções próprias		2 574	—	2 574	3 114
16 — Outros activos	11	10 966	(3 145)	7 821	18 330
17 — Contas de regularização	12	20 491	—	20 491	67 842
<i>Total do activo</i>		<i>2 749 735</i>	<i>(65 247)</i>	<i>2 684 488</i>	<i>1 450 825</i>

PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA

	Notas	2005	2004
1 — Débitos para com instituições de crédito	13	1 095 971	607 626
2 — Débitos para com clientes:			
a) À vista		18 961	18 548
b) A prazo	14	1 177 255	489 438
3 — Débitos representados por títulos	15	—	7 062
4 — Outros passivos	16	45 188	56 234
5 — Contas de regularização	17	53 869	78 806
8 — Provisão para riscos e encargos	18	5 554	6 216
10 — Passivos subordinados	19	85 000	19 976
<i>Total do passivo</i>		<i>2 481 798</i>	<i>1 283 906</i>
11 — Capital	20	75 000	75 000
13 — Reservas	21	15 629	9 818
14 — Reservas de reavaliação	21	767	767
15 — Resultados transitados	21	73 523	50 415
17 — Lucro consolidado do exercício		37 487	30 544
<i>Total da situação líquida</i>		<i>202 416</i>	<i>166 544</i>
16 — Interesses minoritários		274	375
<i>Total do passivo e da situação líquida</i>		<i>2 684 488</i>	<i>1 450 825</i>

Contas extrapatrimoniais

	Notas	2005	2004
1 — Passivos eventuais	33	782 926	426 503
Dos quais:			
1.1 — Garantias e avals		37 094	36 666
1.3 — Cauções e activos dados em garantia repos		745 832	389 837

	Notas	2005	2004
2 — Compromissos	33	51 133	47 729
3 — Operações de titularização	33	668 923	481 674
4 — Operações associadas a eventos de crédito	33	158 059	94 789

O Conselho de Administração: *António Manuel Afonso Guerreiro*, presidente — *Eduardo de Almeida Catroga* — *Eduardo José de Belém Garcia e Costa* — *Heinz Herbert Jackel* — *José Maria Iceta Berecibar* — *Marcus Ivor Hopkins* — *Maria Luísa Falcão Libano Monteiro Antas*. — O Técnico Oficial de Contas, *(Assinatura ilegível.)*

Demonstração dos resultados consolidados em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

CUSTOS

(Em milhares de euros)

	Notas	2005	2004
1 — Juros e custos equiparados	23	46 218	27 724
2 — Comissões	24	1 945	2 501
3 — Prejuízos em operações financeiras	25	185 277	207 574
4 — Gastos gerais administrativos		4 443	4 480
4.1 — Custos com o pessoal	26	19 356	18 099
4.2 — Outros gastos administrativos	27	22 413	20 899
5 — Amortizações do exercício	9 e 10	2 293	3 129
6 — Outros custos de exploração	28	21 009	16 914
7 — Provisões para crédito vencido e para outros riscos	29	31 928	28 953
9 — Perdas extraordinárias	30	1 415	3 213
10 — Impostos sobre os lucros	31	4 072	1 646
11 — Outros impostos		458	366
13 — Interesses minoritários		16	18
15 — Lucro consolidado do exercício		37 497	30 544
<i>Total</i>		373 897	361 580

PROVEITOS

	Notas	2005	2004
1 — Juros e proveitos equiparados	22	136 897	92 960
2 — Rendimentos de títulos		374	186
3 — Comissões	24	22 277	15 569
4 — Lucros em operações financeiras	25	194 003	224 921
5 — Reposições e anulações de provisões	29	10 331	11 896
6 — Resultados em empresas associadas e em filiais excluídas da consolidação	32	353	253
7 — Outros proveitos de exploração	28	8 944	13 589
8 — Ganhos extraordinários	30	718	2 206
<i>Total</i>		373 897	361 580

O Conselho de Administração: *António Manuel Afonso Guerreiro*, presidente — *Eduardo de Almeida Catroga* — *Eduardo José de Belém Garcia e Costa* — *Heinz Herbert Jackel* — *José Maria Iceta Berecibar* — *Marcus Ivor Hopkins* — *Maria Luísa Falcão Libano Monteiro Antas*. — O Técnico Oficial de Contas, *(Assinatura ilegível.)*

Demonstração dos resultados por funções em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Margem financeira	90 679	65 236
Encargos com originação de contratos de crédito	(18 261)	(13 409)
Comissões líquidas	20 332	13 068
Outros resultados operacionais	15 191	27 504
Produto bancário	107 941	92 399
Custos com pessoal	(19 356)	(18 099)
Outros custos administrativos	(22 413)	(20 899)
Amortizações	(2 293)	(3 129)
Custos operacionais	(44 062)	(42 127)

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Provisões	(21 597)	(17 057)
Outros resultados extraordinários	(697)	(1 007)
Lucro antes de impostos e interesses minoritários	41 585	32 208
Impostos	(4 072)	(1 646)
Interesses minoritários	(16)	(18)
Resultado líquido	37 497	30 544
Resultado corrente por acção (cêntimos de euro)	52	43
Número médio de acções (milhares)	72 156	70 889

O Conselho de Administração: *António Manuel Afonso Guerreiro*, presidente — *Eduardo de Almeida Catroga* — *Eduardo José de Belém Garcia e Costa* — *Heinz Herbert Jackel* — *José Maria Iceta Berecibar* — *Marcus Ivor Hopkins* — *Maria Luísa Falcão Libano Monteiro Antas*. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Demonstração de fluxos de caixa consolidados em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Fluxos de caixa de actividades operacionais:		
Juros e comissões recebidas	164 934	96 435
Pagamentos de juros e comissões	(53 821)	(30 773)
Pagamentos a empregados e a fornecedores	(42 566)	(38 535)
Outros recebimentos e pagamentos	(12 678)	(2 095)
Resultado operacional antes das alterações nos activos operacionais	55 869	25 032
(Aumentos)/diminuições de activos operacionais:		
Créditos sobre clientes	34 670	(62 544)
Créditos sobre instituições de crédito	(851 124)	(101 207)
Títulos de negociação	(346 787)	(58 634)
Outros activos operacionais	9 662	(8 062)
Aumentos/(diminuições) nos passivos operacionais:		
Débitos para com clientes	688 230	138 166
Débitos para com instituições de crédito	488 345	38 399
Débitos representados por títulos	(7 062)	7 062
Outros passivos operacionais	(53 772)	69 796
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	18 031	48 008
Impostos sobre o rendimento	(534)	358
<i>Caixa líquida das actividades operacionais</i>	17 497	48 366
Fluxos de caixa das actividades de investimento:		
Dividendos recebidos	374	186
Compra de títulos de investimento	(139 083)	(49 131)
Valores recebidos na venda de títulos de investimento	76 620	25 957
Compra de imobilizações	(2 928)	(2 610)
Valores recebidos na venda de imobilizações	727	1 089
<i>Caixa líquida das actividades de investimento</i>	(64 290)	(24 508)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento:		
Dividendos pagos	(15 810)	(12 123)
Passivos subordinados	62 912	(10 319)
<i>Caixa líquida das actividades de financiamento</i>	47 102	(22 442)
Efeitos da alteração de taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes	501	(545)
Variação líquida em caixa e seus equivalentes	810	871
Caixa e seus equivalentes no início do período	23 936	23 065
Caixa e seus equivalentes no fim do período	24 746	23 936

O Conselho de Administração: *António Manuel Afonso Guerreiro*, presidente — *Eduardo de Almeida Catroga* — *Eduardo José de Belém Garcia e Costa* — *Heinz Herbert Jackel* — *José Maria Iceta Berecibar* — *Marcus Ivor Hopkins* — *Maria Luísa Falcão Libano Monteiro Antas*. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Mapa de alterações na situação líquida consolidada em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

	Total da situação líquida	Capital (nota n.º 20)	Reservas e resultados transitados (nota n.º 21)	Acções próprias (nota n.º 1.17)
Saldos a 31 de Dezembro de 2003	144 580	75 000	74 477	(4 897)
Dividendos distribuídos	(12 124)	—	(12 124)	—
Resultados em acções próprias	1 277	—	1 277	—
Prémios recebidos na venda de acções próprias	1 958	—	—	1 958
Outros ajustamentos de consolidação	309	—	309	—
Resultado do exercício	30 544	—	30 544	—
Saldos a 31 de Dezembro de 2004	166 544	75 000	94 483	(2 939)
Dividendos distribuídos	(15 810)	—	(15 810)	—
Resultados em acções próprias	64	—	64	—
Prémios recebidos na venda de acções próprias	498	—	—	498
Alteração de política contabilística risco país [nota n.º 1.9, alínea a)]	12 807	—	12 807	—
Outros ajustamentos de consolidação	816	—	816	—
Resultado do exercício	37 497	—	37 497	—
Saldos a 31 de Dezembro de 2005	202 416	75 000	129 857	(2 441)

O Conselho de Administração: *António Manuel Afonso Guerreiro*, presidente — *Eduardo de Almeida Catroga* — *Eduardo José de Belém Garcia e Costa* — *Heinz Herbert Jackel* — *José Maria Iceta Berecibar* — *Marcus Ivor Hopkins* — *Maria Luísa Falcão Libano Monteiro Antas*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Notas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Valores expressos em milhares de euros)

1 — Políticas contabilísticas:

1.1 — *Bases de apresentação*. — O Banco Finantia, S. A. (Banco) é um banco privado, que resultou da transformação em Outubro de 1992 da Finantia — Sociedade de Investimentos, S. A., a qual havia iniciado a sua actividade em Julho de 1987.

O Banco tem por objecto principal a realização de todas as operações e a prestação de todos os serviços permitidos às instituições bancárias de acordo com a legislação em vigor. O Banco tem-se especializado nas actividades de mercado de capitais, mercado monetário, assessoria financeira, incluindo fusões, aquisições e financiamentos estruturados, administração de fundos e em operações de crédito, e

indirectamente, através das suas subsidiárias, em operações de locação financeira, gestão de participações sociais, gestão de activos financeiros, *forfeiting*, aluguer de longa duração e financiamento do crédito ao consumo.

O Banco tem uma sucursal no Porto e uma Sucursal Financeira Exterior na Madeira. As suas subsidiárias têm agências e ou escritórios em Portugal, Espanha, Inglaterra, Brasil e Estados Unidos da América.

As demonstrações financeiras do Grupo Banco Finantia foram elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e em conformidade com o Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB) e as normas do Banco de Portugal. Estas demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas do Banco Finantia, S. A. e das suas subsidiárias, também adiante designado no seu conjunto por Grupo Banco Finantia (Grupo).

Em 31 de Dezembro de 2005, a percentagem de participação nas empresas subsidiárias e participadas era a seguinte:

Empresas	Actividade económica	Participação (percentagem)	Capitais próprios e result. do exerc. em 31 de Dezembro de 2005	Valor proporc., capitais próprios e result. do exerc.	Valor da particip. em 31 de Dezembro de 2005	Diferença
		A	B	C=A×B	D	C-D

Método de consolidação integral:

Banco Finantia Internat., Ltd., Strathvale House, 3rd floor, 90, North Church Street, Grand Cayman, Cayman	Bancária	100,00	35 162	35 162	33 907	1 255
Banco Finantia Sofinloc, S. A., Av. Menéndez Pelavo, 67 (Torre Retiro) 28009 Madrid, Espanha	Bancária	96,26	29 873	28 756	24 827	3 929
Esprin — Espanõla de Promociones, S. L., Calle Tellez, 30, Madrid, Espanha	Prest. de serviços	100,00	77	77	57	20
Finantia Brasil, L.ª, Rua Geraldo Flausino Gomes, 42, conj. 92, 04575-060 São Paulo, Brasil	Prest. de serviços	100,00	89	89	77	12
Finantia Europe, Ltd., Jersey, 17 Bond Street, St. Helier, Channel Islands, Jersey	Prest. de serviços	100,00	316	316	520	(204)
Finantia PH Ltd., Pórtico Building, Marina Street, Pieta, Malta	Gestão de serviços	100,00	6 666	6 666	20	6 646
Finantia Securities, Ltd., 4th floor, 62 Cornhill, London EC3V 3NH, Reino Unido	Broker-dealer	100,00	42 911	42 911	45 025	(2 114)
Finantia Serviços — Prest. de Serviços Empresariais, L.ª, Rua Gen. Firmino Miguel, 5, 1.º, 1600-100 Lisboa, Portugal	Prest. de serviços	100,00	2 762	2 762	25	2 737
Finantia — SGFTC, S. A., Rua Gen. Firmino Miguel, 5.º, 1600-100 Lisboa, Portugal	Admin.de fundos	100,00	909	909	250	659
Finantia USA, Ltd., 437 Madison Avenue, 39th floor, New York, NY 10022, EUA	Broker-dealer	100,00	915	915	849	66
Sofinloc — Instit. Financeira de Crédito, S. A., Rua Gen. Firmino Miguel, 5.º, 14.º, 1600-100, Lisboa, Portugal	Créd. especializ.	100,00	40 663	40 663	39 355	1 308

Empresas	Actividade económica	Participação (porcentagem)	Capitais próprios e result. do exerc. em 31 de Dezembro de 2005	Valor proporç., capitais próprios e result. do exerc.	Valor da particip. em 31 de Dezembro de 2005	Diferença
		A	B	C=A×B	D	C-D
Finantia Emea, Third floor, Harbour Center, PO Box 1348 George Town, Grand Cayman, Cayman Islands	Prest. de serviços	100,00	4 023	4 023	10	4 013
Finantia Madeira — SGPS, S. A., Rua 31 de Janeiro, 13-A, 4.º, Funchal, Portugal	Gestão de particip.	100,00	12 635	12 635	60	12 575
Finantia Holding BV, Locatellikade 1, 1076AZ, Amsterdão, Holanda	Gestão de particip.	100,00	38	38	20	18
Finantia Participações — SGPS, S. A., Rua Gen. Firmino Miguel, 5, 1.º, 1600-100 Lisboa, Portugal	Gestão de particip.	100,00	50	50	50	—
Método de equivalência patrimonial:						
Sofinloc Mediadora — Soc. de Mediação de Seguros, L.ª, Rua Gen. Firmino Miguel, 5, 6.º, 1600-100 Lisboa, Portugal	Med. de seguros	100,00	405	405	30	375

As demonstrações financeiras das subsidiárias e associadas com sede no estrangeiro foram reparadas com base nos respectivos registos contabilísticos estatutários, processados em conformidade com o normativo local vigente.

As demonstrações financeiras do Banco Finantia, S. A., subsidiárias e empresas associadas, são apresentadas às datas de 31 de Dezembro de 2005 e 2004.

Principais alterações na estrutura do grupo:

No dia 21 de Fevereiro de 2005, foi constituída a empresa Finantia Emea Limited, com sede em Cayman, tendo sido o capital de 10 milhares de euros, subscrito pela Finantia Ph Limited.

No dia 31 de Outubro de 2005, o Banco Finantia, S. A., transmitiu à Finantia Holdings BV a totalidade do capital da Finantia Securities, Ltd., pelo valor de 54 251 milhares de dólares (contravalor de 45 123 milhares de euros).

No dia 24 de Novembro de 2005, o Banco Finantia, S. A., comprou à Sofinloc — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., as participações no Banco Finantia Sofinloc, S. A., pelo valor de 11 930 milhares de euros e na Sofinloc — Instituição Financeira de Crédito, S. A., pelo valor de 39 355 milhares de euros.

No dia 29 de Novembro de 2005, o Banco Finantia, S. A., vendeu à Finantia Holdings BV a participação na Finantia Brasil, pelo valor de 90 milhares de dólares (77 milhares de euros).

No dia 22 de Dezembro de 2005, a Sofinloc — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., foi dissolvida e liquidada. No contrato de dissolução ficou acordado que o passivo social superveniente à data de liquidação seria assumido pelo accionista único, o Banco Finantia, S. A.

Ainda na mesma data procedeu-se à transformação da forma jurídica da Xenon — SGPS, L.ª, de sociedade por quotas para sociedade anónima e ao aumento de capital de cinco milhares de euros para 50 milhares de euros através da celebração de escritura pública. O capital é representado por 10 000 acções, com valor nominal de cinco euros cada, encontrando-se integralmente realizado. A denominação da sociedade foi alterada para Finantia Madeira — SGPS, S. A.

Nesse mesmo dia, o Banco Finantia, S. A., constituiu a empresa Finantia Participações — SGPS, S. A., com um capital social de 50 milhares de euros, tendo por objecto principal a gestão de participações sociais de outras sociedades, como forma indirecta de exercício da actividade económica.

No dia 28 de Dezembro de 2005, o Banco Finantia, S. A., vendeu à Finantia Holdings BV acções da Finantia USA, Ltd., correspondendo à totalidade do capital, pelo valor de 1005 milhares de dólares (852 milhares de euros).

1.2 — Bases de consolidação:

Datas de referência:

Para os anos findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, e conforme descrito na nota n.º 1.1., as demonstrações financeiras consolidadas reflectem os activos, passivos e resultados do Banco Finantia, S. A., suas subsidiárias e empresas associadas.

Participações financeiras em subsidiárias:

As participações financeiras em empresas subsidiárias, que representam a maioria do capital, ou de direitos de voto, e em que o Grupo

exerce o controlo, são consolidadas pelo método da consolidação integral (v. nota n.º 1.1). Os saldos e transacções significativas existentes entre empresas do Grupo são eliminados em consolidação.

Participações financeiras em outras empresas:

A Sofinloc Mediadora — Sociedade de Mediação de Seguros, L.ª, é registada no balanço consolidado, na rubrica de outras participações financeiras (v. nota n.º 8) pelo método de equivalência patrimonial, nos termos do Decreto-Lei n.º 36/92.

Os saldos e transacções mais significativas com as empresas do Grupo são apresentados nas notas correspondentes.

Goodwill:

O *goodwill* resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas é definido como a diferença entre o valor de custo e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida à data de aquisição. O *goodwill* é anulado por contrapartida de reservas e/ou resultados transitados no ano em que ocorre a aquisição da participação.

Participações financeiras em subsidiárias residentes no estrangeiro:

Na consolidação, o valor dos activos e passivos de subsidiárias residentes no estrangeiro é registado pelo seu contravalor em euros às taxas de câmbio oficiais em vigor na data do balanço. Os resultados destas subsidiárias são consolidados pelo seu contravalor em euros à taxa de câmbio média do exercício. As diferenças cambiais resultantes da conversão em euros da situação patrimonial no início do ano e dos resultados do exercício, à taxa de câmbio oficial na data do balanço, são registadas em reservas.

1.3 — *Reconhecimento de custos e proveitos.* — Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

Numa base individual, os resultados obtidos com a alienação de activos a entidades em que exista uma relação de domínio são reconhecidos desde que os mesmos resultem de transacções cujos termos negociais correspondam aos que seriam acordados em condições normais de mercado.

De acordo com as normas estabelecidas pelo Banco de Portugal, os juros sobre crédito a vencido há mais de 90 dias que não estejam cobertos por garantias reais, são anulados e reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

1.4 — *Encargos com originação de contratos de financiamento automóvel.* — Os encargos com originação de contratos de financiamento automóvel, bem como os encargos com publicidade são reconhecidos no momento de celebração dos correspondentes contratos.

1.5 — *Provisão específica para crédito concedido.* — A provisão específica para crédito concedido é baseada na avaliação dos créditos vencidos, incluindo os créditos vincendo associados, e créditos objecto de acordos de reestruturação, destinando-se a cobrir riscos específicos, sendo apresentada como dedução ao crédito concedido. A avaliação desta provisão é efectuada periodicamente pelo Grupo, tomando em

consideração a existência ou não de garantias reais, o período de incumprimento e a actual situação financeira do cliente (v. notas n.ºs 5 e 29).

A provisão específica assim calculada assegura o cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo Banco de Portugal através do aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, com as modificações que foram introduzidas posteriormente. O valor global das provisões para crédito em 31 de Dezembro de 2005 (v. nota n.º 5), é considerado suficiente para fazer face aos riscos de crédito identificados a essa data, em função da aplicação de critérios de avaliação e análise de base comercial, e satisfaz o provisionamento mínimo requerido pelo Banco de Portugal.

A anulação contabilística de crédito é feita pela utilização da respectiva provisão, de acordo com as normas do Banco de Portugal, quando no ano anterior atingiu 100% do valor do crédito, mesmo que esse crédito não seja considerado totalmente irre recuperável numa óptica económica.

Os valores dos créditos recuperados são contabilizados como proveitos do exercício em que ocorram.

1.6 — *Provisões para outras aplicações.* — De acordo com as instruções do Banco de Portugal, as diferenças negativas entre o valor do capital vincendo de equipamento recuperado e o respectivo valor de mercado, são provisionadas na sua totalidade.

1.7 — *Provisão para riscos gerais de crédito.* — Esta provisão destina-se a cobrir riscos potenciais existentes em qualquer carteira de crédito concedido, incluindo os créditos por assinatura, e excluindo os que foram identificados como de risco específico, encontrando-se registada no passivo (v. notas n.ºs 17 e 29).

A provisão para riscos gerais de crédito é constituída de acordo com o disposto no aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal.

1.8 — *Provisão para operações de titularização.* — A provisão para operações de titularização foi calculada com base nos critérios definidos no aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal, relativo a provisões para crédito concedido, aplicados aos saldos dos créditos de clientes em 31 de Dezembro de 2005 no âmbito das operações de titularização. O Banco de Portugal requer a constituição desta provisão sempre que a instituição cedente ou qualquer entidade do mesmo grupo adquira títulos emitidos no âmbito de operações de titularização.

1.9 — *Provisão para risco país:*

a) *Provisão para risco país — obrigações:*

Até 31 de Dezembro de 2004 a provisão para risco-país era constituída nos termos do aviso n.º 3/95 e da instrução n.º 94/96 originando a constituição de provisão para risco-país para obrigações.

A partir de 1 de Janeiro de 2005, o Banco passou a aplicar os pontos 1.4.3 a 1.4.7 da referida instrução, originando que a provisão existente nesta data, referente a obrigações fosse totalmente revertida (v. nota n.º 29) tendo a conta de reservas livres sido incrementada directamente por 12 807 milhares de euros, não tendo por isso afectado o resultado do exercício.

b) *Provisão para risco país — forfeiting:*

De acordo com o aviso n.º 3/95 são objecto de provisionamento as operações de financiamento ao comércio externo que não cumpram as condições aí estipuladas, quando registadas no Banco Finantia, S. A.

1.10 — *Obrigações, acções e outros títulos de rendimento fixo ou variável.* — Estes títulos são classificados de acordo com os seguintes critérios:

Títulos de negociação:

Consideram-se títulos de negociação aqueles que são adquiridos com o objectivo de venda dentro de um prazo que não poderá exceder seis meses.

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo são registados pelo valor de aquisição e reavaliadas diariamente com base na cotação de mercado, acrescido dos juros corridos e não cobrados. Na ausência de valor de mercado, estes títulos são valorizados ao custo de aquisição ou ao valor estimado de realização, dos dois o menor, acrescido dos juros corridos.

As diferenças que resultam da aplicação dos critérios anteriores são registadas como custos ou proveitos.

As acções e outros títulos de rendimento variável são valorizados à cotação de mercado ou, na sua ausência, ao menor dos valores de aquisição ou presumível de mercado. As diferenças de valorização que respeitem a acções que integrem a composição dos índices referidos no anexo à instrução n.º 4/96 do Banco de Portugal, ou que, sendo negociadas em outras bolsas de valores, apresentem liquidez adequada, integram os resultados de cada período. Para os restantes títulos de rendimento variável as diferenças de reavaliação são diferidas em balanço nas contas de regularização do activo e do passivo, consoante se tratem de perdas ou ganhos potenciais e reconhecidas em custos ou proveitos na data de venda. As menos-valias potenciais apuradas são integralmente provisionadas por contrapartida de resultados.

Títulos de investimento:

São considerados títulos de investimento aqueles que são adquiridos com o objectivo de venda mas cuja retenção ultrapassa, em regra, os seis meses, ou que, apesar de ser intenção do Grupo mantê-los na sua carteira até à data de reembolso, não observam as condições para serem classificados como títulos a vencimento (v. notas n.ºs 6 e 7).

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo emitidos com base no valor nominal, são registadas ao custo de aquisição. A diferença entre o custo de aquisição e o valor nominal, que constitui o prémio ou desconto verificado aquando da compra, é amortizada de modo escalonado durante o período que ocorre até à data de vencimento dos títulos, por contrapartida de resultados. Os juros corridos são relevados como proveitos a receber e apresentados na rubrica de contas de regularização do activo.

Os títulos emitidos a desconto são registados pelo seu valor nominal. A diferença entre o valor nominal e o valor de aquisição é considerada como uma receita com proveito diferido. Os juros corridos são registados diariamente nas respectivas contas de proveitos. As diferenças negativas verificadas entre o valor de mercado, à data de balanço e o custo de aquisição dos títulos são integralmente provisionadas por contrapartida de resultados.

As acções e outros títulos de rendimento variável são registados ao custo de aquisição. As menos-valias potenciais resultantes de diferenças apuradas entre o seu valor contabilístico e o correspondente valor de cotação ou, na falta deste, o valor nominal ou o presumível valor de realização, dos dois o menor, são provisionadas por contrapartida de resultados. Estas provisões estão apresentadas no activo a deduzir às rubricas correspondentes (v. notas n.ºs 7 e 29). As mais-valias não realizadas não são objecto de qualquer contabilização.

1.11 — *Operações em moeda estrangeira.* — As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema *multi-currency*, sendo cada operação registada exclusivamente em função das respectivas moedas. Este método prevê que todos os saldos expressos em moeda estrangeira, sejam convertidos para euros com base nos câmbios de referência do dia para operações à vista, divulgados pelo Banco Central Europeu e pelo Banco de Portugal (v. nota n.º 36).

Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são imediatamente registadas na posição cambial.

Sempre que estas operações conduzam a variações dos saldos líquidos das diferentes moedas, há lugar à movimentação das contas de posição cambial, à vista ou a prazo, cujo conteúdo e critério de reavaliação são como segue:

Posição cambial à vista:

A posição cambial à vista em cada moeda é dada pelo saldo líquido dos respectivos activos e passivos dessa moeda, acrescida dos montantes das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base nos câmbios de referência do dia divulgados pelo Banco Central Europeu e pelo Banco de Portugal, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (moeda nacional), por contrapartida de custos ou proveitos.

Posição cambial a prazo:

A posição cambial a prazo em cada moeda é dada pelo saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação, com exclusão das que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes. Os contratos relativos a esta posição são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na sua ausência, através do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual de cada operação. As diferenças entre os contravalores em euros às taxas de reavaliação aplicadas e os contravalores em euros às taxas contratadas, que representam o

proveito ou o custo decorrentes da reavaliação da posição a prazo, são registadas numa conta de reavaliação da posição cambial a prazo por contrapartida de custos ou proveitos.

1.12 — Operações de permuta de divisas e de taxas de juro (*swaps*):

Operações de permuta de divisas (*currency swaps*):

Os *currency swaps* não são considerados para efeitos da reavaliação das posições cambiais à vista e a prazo. Os prémios e os descontos destas operações são amortizados durante o seu período de vida, por contrapartida de custos ou proveitos.

Operações de permuta de taxas de juro (*interest rate swaps* — IRS) e de permuta de taxa de juro e moeda (*currency interest rate swaps* — CIRS)

As operações de IRS e CIRS permanecem registadas nas rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor de referência (nocial) até à maturidade, sendo classificadas de acordo com a intenção de negociação ou cobertura.

Os IRS e CIRS de negociação ou os que não cumpram com as definições e condições para que possam ser considerados operações de cobertura, deverão ser reavaliados com base nas condições de mercado (*marked to market*), com os correspondentes perdas ou ganhos reconhecidos de imediato em resultados do exercício.

As operações de cobertura destinadas à gestão do risco inerente aos activos, passivos e elementos extrapatrimoniais, são valorizadas e reconhecidas em resultados de acordo com o critério aplicável aos elementos cobertos. A reavaliação dos contratos de cobertura apenas é relevada contabilisticamente no caso em que os elementos cobertos correspondam a activos avaliados ao custo de aquisição e sujeitos à constituição de provisões para depreciação, desde que o valor de mercado desses activos seja inferior ao respectivo custo de aquisição. Em todos os restantes IRS e CIRS de cobertura é seguido o critério de custo histórico que consiste no registo dos fluxos de juros corridos, de acordo com o princípio dos acréscimos.

1.13 — *Futuros*. — As posições de negociação em contratos de futuros, transaccionados em mercados organizados, são registados em rubricas extrapatrimoniais pelo valor nominal e reavaliados diariamente com base nas cotações de mercado, sendo as perdas e os ganhos, realizados e não realizados (custo ou proveito, associado ao encerramento das posições detidas), relevados em resultados do exercício. Se transaccionados em mercados não organizados ou com pouca liquidez, apenas as perdas latentes são reconhecidas em resultados do exercício.

1.14 — *Imobilizações incorpóreas*. — O imobilizado incorpóreo encontra-se registado ao custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes para um período de entre três a seis anos.

1.15 — *Imobilizações corpóreas*. — O imobilizado corpóreo encontra-se registado ao custo de aquisição, incluindo encargos de compra. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, às taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais, e previstas no Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro, de acordo com os seguintes períodos, que não diferem substancialmente da vida útil esperada:

	Número de anos
Imóveis	50
Máquinas e mobiliário	5 a 10
Viaturas	4
Equipamento informático	3 a 4
Outras imobilizações	4 a 10

1.16 — *Contratos de locação financeira*:

Como locatário:

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas vincendas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos respectivos períodos durante o prazo do contrato, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Como locador:

Os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira.

As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital.

O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

1.17 — *Ações próprias*. — As acções próprias são registadas ao seu valor nominal no activo. O prémio ou desconto, determinado pela diferença entre o preço de aquisição e o seu valor nominal, é registado por contrapartida de reservas.

1.18 — *Pensões de reforma*. — O Grupo encontra-se sujeito ao Regime Geral da Segurança Social não tendo quaisquer responsabilidades pelo pagamento de pensões ou complementos de pensões de reforma aos seus colaboradores.

1.19 — *Fundo de garantia de depósitos*. — Nos termos da portaria n.º 180/94, de 15 de Dezembro de 1994, foi constituído o fundo de garantia de depósitos, cujo objectivo é a garantia de reembolso de depósitos constituídos nas instituições de crédito. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo estão fixados no aviso n.º 11/94, do Ministério das Finanças.

As contribuições anuais pagas são reconhecidas como custos no exercício a que dizem respeito.

1.20 — *Fiscalidade*. — As empresas do Grupo sedeadas em Portugal estão sujeitas ao regime fiscal consignado pelo Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). Porém, a Sucursal Financeira Exterior na Madeira beneficia de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011, ao abrigo dos artigos 33.º e 33.º-A do Estatuto dos Benefícios Fiscais, com a redacção que lhe foi dada respectivamente pela Lei n.º 32-B/2002, de 30 de Dezembro e pela Lei n.º 55-B/2004, de 30 de Dezembro.

As subsidiárias com sede no estrangeiro são tributadas em conformidade com as disposições fiscais localmente vigentes.

De acordo com a legislação portuguesa as declarações para impostos sobre lucros e outros impostos podem ser sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais nos quatro anos subsequentes ao exercício a que respeitam (dez anos para a segurança social até 2000, cinco anos após 2001), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

O conceito de impostos diferidos passivos, resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os fiscalmente aceites para efeitos de tributação em IRC, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou deduzidos num futuro próximo.

1.21 — *Operações de venda com acordo de recompra e de compra com acordo de revenda (repos e reverse repos)*. — Trata-se de operações de cedência ou tomada de fundos que têm como colateral títulos, os quais são entregues ou recebidos temporariamente como garantia das operações.

Títulos cedidos com acordo de recompra são mantidos no balanço da entidade cedente e reavaliados como parte integrante da carteira. As responsabilidades relativas às quantias recebidas nas operações de *repo* são apresentadas no passivo, incluindo os respectivos juros que são reconhecidos como custos ao longo da vida das operações (v. nota n.º 13). Os activos entregues em garantia são registados em rubricas extrapatrimoniais (v. nota n.º 33).

As cedências de fundos efectuadas através de *reverse repos* são registadas no activo, para este efeito equiparados a empréstimos, sendo os juros reconhecidos em resultados durante a vida das operações (v. nota n.º 5). Os títulos recebidos em garantia são registados em contas extrapatrimoniais (v. nota n.º 33).

1.22 — *Operações de forfaiing*. — Trata-se de operações de cedência de fundos ao exterior (*funded*) ou garantias (*unfunded*) sob a forma de desconto de títulos de crédito sobre operações de comércio externo.

As cedências de fundos ao exterior são registadas no activo, para este efeito equiparadas a empréstimos, pelo seu valor nominal sendo o respectivo desconto registado numa conta de regularização do passivo e reconhecido em resultados durante a vida das operações.

As garantias são registadas em contas extrapatrimoniais pelo seu valor nominal, sendo periodificadas as respectivas comissões, sendo sujeitas à constituição de provisões para risco de crédito e risco país sobre o seu respectivo valor nominal de acordo com o disposto no aviso n.º 3/95 do Banco do Portugal, tal como descrito nas notas n.ºs 1.7 e 1.9, alínea b).

1.23 — *Operações de swaps associados a eventos de crédito.* — Trata-se de um instrumento através do qual é possível investir ou efectuar cobertura do risco de crédito de um dado emitente.

Estes instrumentos são registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor nominal, sendo periodificadas as respectivas comissões. Os contratos correspondentes a posições vendedoras são sujeitos à constituição de provisões para riscos gerais de crédito.

1.24 — *Demonstração dos fluxos de caixa.* — Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes corresponde ao somatório dos saldos de caixa e disponibilidades no Banco de Portugal (v. nota n.º 2) e de disponibilidades à vista sobre instituições de crédito (v. nota n.º 3).

1.25 — *Titularização de activos financeiros.* — Os valores referentes aos activos envolvidos em operações de titularização são deduzidos no momento da venda às rubricas do activo respectivas, pois todos os direitos e obrigações são transferidos, não estando sujeitos a recurso.

Os ganhos ou perdas apurados nessas operações são registados em resultados no período em que se realiza a operação.

1.26 — *Operações de cobertura de risco de taxa de juro.* — Para a cobertura de risco de taxa de juro são efectuadas operações de venda de títulos de dívida pública, com notação de risco AAA em dólares ou euros, consoante os activos a cobrir, com registo na rubrica de débito para com clientes a prazo, e com reavaliação diária reflectindo as variações positivas ou negativas em resultados de operações financeiras (v. notas n.ºs 14 e 25). Os juros dos títulos de dívida pública são reconhecidos como custo em juros e custos equiparados (v. nota n.º 23).

Os títulos vendidos são obtidos através de operações de compra com acordo de revenda — *reverse repos* contratados com instituições de crédito (v. nota n.º 4).

2 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2005	2004
Caixa	111	128
Depósitos à ordem	5 275	5 699
	5 386	5 827

Os depósitos à ordem encontram-se no Banco de Portugal e no Banco de Espanha e visam essencialmente satisfazer as exigências legais de constituição de reservas mínimas de caixa.

Estes depósitos são remunerados à média das taxas das operações principais de refinanciamento do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC) obtidas durante o período de manutenção considerado. Essas taxas oscilaram entre 2,03% e 2,09% durante o exercício de 2005.

3 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2005	2004
Em instit. de crédito no país	9 459	10 828
Em instit. de crédito no estrangeiro	9 901	7 281
	19 360	18 109

4 — Outros créditos sobre instituições de crédito:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2005	2004
Operações de compra com acordo de revenda — <i>reverse repos</i>	746 819	134 662

	2005	2004
Outras aplicações em instit. de crédito	490 220	304 353
Mercado monetário interbancário	93 100	40 000
	1 330 139	479 015
Provisões risco país (v. nota n.º 29)	(4 606)	—
	1 325 533	479 015

Em 31 de Dezembro de 2005, a rubrica de outras aplicações em instituições de crédito inclui *forfaiting* no montante de 174 144 milhares de euros. A rubrica de provisões para risco país inclui o valor de 3192 milhares de euros referente às operações atrás referidas e o valor de 1414 milhares de euros para garantias decorrentes de operações de *forfaiting*, ambas calculadas de acordo com os critérios mencionados na nota n.º 1.9, alínea b).

A rubrica de operações de compra com acordo de revenda — *reverses repos* refere-se à contratação de operações para cobertura de risco de taxa de juro (v. nota n.ºs 1.26 e 14).

Os movimentos ocorridos no exercício na rubrica de provisão para risco país são analisados na nota n.º 29.

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é efectuada na nota n.º 35.

5 — Créditos sobre clientes:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2005	2004
Crédito sobre clientes	52 592	25 008
Capital em locação financeira	74 453	94 596
Financiamento de vendas a crédito	158 404	193 903
	285 449	313 507
Crédito vencido:		
Menos de 90 dias	2 178	2 886
Mais de 90 dias	12 069	15 472
	14 247	18 358
Provisão específica para crédito vencido (v. nota n.º 29)	(4 940)	(10 879)
Provisão para risco-país (v. nota n.º 29)	(1 972)	—
	292 784	320 986

Além da provisão específica acima indicada, existem, a 31 de Dezembro de 2005, provisões para riscos gerais de crédito no montante de 5554 milhares de euros (2004: 6079 milhares de euros), conforme indicado nas notas n.ºs 18 e 29.

Em 31 de Dezembro de 2005, a rubrica de crédito sobre clientes inclui *forfaiting* no montante de 32 136 milhares de euros, para os quais existe uma provisão para risco-país de 1972 milhares de euros, calculada de acordo com os critérios mencionados na nota n.º 1.9, alínea b).

Os movimentos ocorridos no exercício nas rubricas de provisão para crédito vencido e para risco país são analisados na nota n.º 29.

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é efectuada na nota n.º 35.

A rubrica de capital em locação financeira corresponde às rendas de locação financeira a receber, deduzidas dos juros futuros respectivos e acrescidas do valor residual dos bens locados, conforme aplicável, como segue:

	2005	2004
Rendas de locação financeira	53 697	87 784
Juros referentes às rendas de locação financeiras futuras	(6 567)	(14 389)
Valor residual dos bens locados	27 323	21 201
	74 453	94 596

Durante o exercício de 2005, o Grupo, dando continuidade à política de operações de titularização, alienou parte da sua carteira de crédito, cujo valor contabilístico era de 459 710 milhares de euros (2004: 307 682 milhares de euros). O montante total do crédito vendido vivo no âmbito de operações de titularização era de 668 923 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2005 (2004: 481 674 milhares de euros), conforme apresentado na nota n.º 33 às demonstrações financeiras.

Durante o exercício de 2005 procedeu-se à anulação contabilística de créditos no montante de 9281 milhares de euros (2004: 3759 milhares de euros).

6 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2005	2004
Obrigações de emissores públicos:		
Residentes	2 118	2 159
Não residentes:		
OCDE	97 774	54 715
Fora da OCDE	223 936	153 014
	<u>323 828</u>	<u>209 888</u>
Obrig. e outros títulos de outros emissores:		
Residentes	2 679	7 259
Não residentes:		
OCDE:		
Notas de titularização	110 155	55 119
Outras obrigações	169 612	129 217
Fora da OCDE	393 337	138 749
	<u>675 783</u>	<u>330 344</u>
Provisão para títulos (v. nota n.º 29)	(1 312)	(17)
Provisão para risco país	—	(12 807)
Provisão para deprec. de títulos (v. nota n.º 29)	(26 157)	(17 695)
	<u>(27 469)</u>	<u>(30 519)</u>
	<u>972 142</u>	<u>509 713</u>

Os títulos de rendimento fixo com vencimento no decurso do ano de 2006, ascendem a 96 964 milhares de euros (2473 milhares de euros de emissores públicos e 94 491 milhares de euros de outros emissores).

No decurso do ano 2005, o Banco Finantia, S. A., reverteu a provisão para risco país para a carteira de títulos, sendo o saldo transitado levado directamente a reservas livres, não tendo por isso afectado directamente o resultado do exercício [v. notas n.ºs 1.9, alínea a) e 29].

A rubrica de notas de titularização inclui as notas emitidas pelas operações de titularização LTR n.º 3, LTR n.º 4, LTR n.º 5 e Warehouse detidos pelo Grupo para as operações em vida de 668 923 milhares de euros em 2005 e 481 674 milhares de euros em 2004 respectivamente (v. nota n.º 33).

A análise da carteira de títulos por tipo, nomeadamente títulos de negociação e títulos de investimento, é a seguinte:

	2005	2004
Títulos de negociação:		
Obrigações de emissores públicos:		
Estrangeiros	296 512	174 085
Obrigações de outros emissores:		
Nacionais	—	—
Estrangeiros	534 976	250 778
	<u>831 488</u>	<u>424 863</u>

	2005	2004
Títulos de investimento:		
Obrigações de emissores públicos:		
Nacionais	2 118	2 159
Estrangeiros	25 198	33 644
	<u>27 316</u>	<u>35 803</u>
Obrigações de outros emissores:		
Nacionais	2 679	7 259
Estrangeiros	138 128	72 307
	<u>140 807</u>	<u>79 566</u>
Provisões para títulos (v. nota n.º 29)	(1 312)	(17)
Provisão para risco-país (v. nota n.º 29)	—	(12 807)
Provisão para operações de titularização (v. nota n.º 29)	(26 157)	(17 695)
	<u>(27 469)</u>	<u>(30 519)</u>
	<u>972 142</u>	<u>509 713</u>

À data de 31 de Dezembro de 2005 não existiam títulos contabilizados na carteira a vencimento.

Os movimentos nas provisões para depreciação de títulos, para risco país, para operações de titularização e provisões para riscos gerais da carteira são analisadas na nota n.º 29.

7 — Acções e outros títulos de rendimento variável:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2005	2004
Títulos de negociação:		
Acções	3 154	5 756
Unidades de participação	—	10
Títulos de investimento:		
Acções	14 824	1 405
Unidades de participação	—	601
Provisões para unidades de particip. (v. nota n.º 29)	—	(75)
	<u>17 978</u>	<u>7 697</u>

Em 31 de Dezembro de 2004, a totalidade das acções registadas na rubrica de títulos de negociação encontrava-se sujeita a um compromisso de venda que teve a sua execução a 7 de Janeiro de 2005 pelo mesmo valor.

A 31 de Dezembro de 2004, as menos valias potenciais para as unidades de participação ascendiam a 75 milhares de euros (v. nota n.º 29).

8 — Participações financeiras:

As participações que são registadas pelo método de equivalência patrimonial nas contas do Grupo são analisadas como segue:

	2005	2004
Partes de cap. em empresas filiais excluídas da consolidação:		
Sofinloc Mediadora, L.da	405	452

9 — Imobilizações incorpóreas:

Esta rubrica e os respectivos movimentos ocorridos no ano 2005 são analisados como segue:

	Saldo em 31 de Dezembro de 2004	Aquisições/ dotações	Abates	Transfe- rências	Saldo em 31 de Dezembro de 2005
Custo:					
Custos plurianuais	100	—	(100)	—	—
Sistemas de tratamento automático de dados	1 481	269	—	2 425	4 175
Outras imobilizações incorpóreas	383	6	—	—	389
Imobilizado em curso	150	315	—	170	295
	<u>2 114</u>	<u>590</u>	<u>(100)</u>	<u>2 255</u>	<u>4 859</u>
Amortizações acumuladas:					
Custos plurianuais	100	—	(100)	—	—
Sistemas de tratamento automático de dados	1 335	394	—	2 109	3 838
Outras imobilizações incorpóreas	383	—	—	—	383
	<u>1 818</u>	<u>394</u>	<u>(100)</u>	<u>2 109</u>	<u>4 221</u>
	<u>296</u>				<u>638</u>

10 — Imobilizações corpóreas:

Esta rubrica e os respectivos movimentos ocorridos durante o ano de 2005 são analisados como segue:

	Saldo em 31 de Dezembro de 2004	Aquisições/ dotações	Abates	Transfe- rências	Saldo em 31 de Dezembro de 2005
Custo de aquisição:					
Imóveis	19 212	266	(355)	152	19 275
Mobiliário	2 780	143	(44)	27	2 906
Máquinas	3 154	79	—	3	3 236
Equipamento informático	3 527	215	(7)	62	3 797
Instalações interiores	3 602	269	—	68	3 939
Viaturas	2 838	772	(663)	—	2 947
Outras imobilizações	405	6	—	53	464
Imobilizado em locação financeira	1 305	—	—	—	1 305
Imobilizado em curso	117	544	—	(260)	401
	<u>36 940</u>	<u>2 294</u>	<u>(1 069)</u>	<u>105</u>	<u>38 270</u>
Amortizações acumuladas:					
Imóveis	4 265	317	(42)	—	4 540
Mobiliário	2 199	155	(33)	27	2 347
Máquinas	2 754	167	—	1	2 922
Equipamento informático	2 890	339	(6)	20	3 243
Instalações interiores	2 742	158	—	30	2 930
Viaturas	1 730	699	(515)	—	1 914
Outras imobilizações	342	41	—	21	403
Imobilizado em locação financeira	574	21	—	—	595
	<u>17 496</u>	<u>1 897</u>	<u>(596)</u>	<u>98</u>	<u>18 894</u>
	<u>19 444</u>				<u>19 376</u>

11 — Outros activos:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2005	2004
Impostos a recuperar do Estado	1 873	2 331
Aplicações por recuperação de crédito	1 344	1 965
Devedores diversos	7 749	17 514
	<u>10 966</u>	<u>21 810</u>
Provisão para outras aplic. (v. nota n.º 29)	(3 145)	(3 480)
	<u>7 821</u>	<u>18 330</u>

Os saldos em 2005 e 2004 da rubrica Impostos a recuperar do Estado referem-se essencialmente a IVA e a IRC a recuperar.

A rubrica de aplicações por recuperação de créditos representa os valores relativos aos bens recuperados por não exercício da opção de compra, ou por resolução de contratos. O valor desta rubrica representa o capital vincendo dos contratos de operações de financiamento, cujos bens foram recuperados, encontrando-se esses bens em situação de venda ou relocação.

Em 31 de Dezembro de 2005, a rubrica de devedores diversos inclui o montante de 250 milhares de euros referente a valores a receber no âmbito de operações de titularização (2004: 1146 milhares de euros).

Os movimentos ocorridos no exercício na rubrica de provisão para outras aplicações são analisados na nota n.º 29.

12 — Contas de regularização do activo:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2005	2004
Operações a aguardar liquidação financeira	10 482	51 181
Juros e comissões a receber	6 385	8 155
Operações de titularização a receber	—	999
Compras de locação financeira	—	28
Despesas antecipadas	64	142
Reavaliação da posição cambial	70	96
Outras contas de regularização	3 490	7 241
	20 491	67 842

As operações a aguardar liquidação financeira respeitam às operações por liquidar no final do exercício, decorrentes da actividade normal do Banco. Em 31 de Dezembro de 2004, esta rubrica incluía uma operação liquidada a 7 de Janeiro de 2005 em mercado primário no montante de 45 670 milhares de euros, nos termos do mandato da operação.

A rubrica de outras contas de regularização inclui valores relativos a receber pela prestação de serviços efectuada no âmbito da gestão de tesouraria da Sofinloc Mediadora (2005: 2009 milhares de euros; 2004: 1624 milhares de euros). Em 31 de Dezembro de 2004, esta rubrica incluía também 3464 milhares de euros de operações de *swaps* de moeda e — 1157 milhares de euros de valores de mercado dos *swaps* de taxa de juro de negociação.

13 — Débitos para com instituições de crédito:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2005	2004
Oper. a aguardar liquid. financeira	10 482	51 181
Operações de venda com acordo de re-compra — <i>repos</i>	631 265	316 804
Empréstimos de médio e longo prazos	235 000	75 000
Depósitos	179 706	200 822
Mercado Monetário Interbancário	50 000	15 000
	1 095 971	607 626

No dia 16 de Agosto de 2005, o Banco Finantia, S. A., contraiu um empréstimo sindicado de médio e longo prazos no montante de 160 000 milhares de euros. Os juros deste empréstimo vencem-se semestral e postecipadamente, sendo a taxa de juro correspondente à Euribor a seis meses acrescida de 0,3%. O empréstimo será amortizado no prazo de três anos.

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é efectuada na nota n.º 35.

14 — Débitos para com clientes a prazo:

	2005	2004
Depósitos:		
Até três meses	370 291	315 232
De três meses a um ano	71 668	3 827
Mais de um ano	4 554	19 557
Oper. para cobert. de risco de taxa de juro	730 742	150 822
	1 177 255	489 438

O saldo da rubrica de operações para cobertura de risco de taxa de juro corresponde ao montante de vendas a descoberto de títulos de dívida US Treasury e Deutschland Republic (v. notas n.ºs 1.26 e 4).

15 — Débitos representados por títulos:

Em 31 de Dezembro de 2004, o valor desta rubrica era composta por uma emissão de obrigações. A emissão teve início a 30 de Dezembro de 2004 e vencimento a 31 de Dezembro de 2005, com uma taxa de juro Euribor a três meses e pagamento de juros trimestrais.

16 — Outros passivos:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2005	2004
Cauções recebidas de clientes	35 597	47 599
Sector público estatal	5 264	1 366
Outros fornecedores	540	972
Fornecedores de bens para operações de financiamento automóvel	463	969
Retenção de impostos na fonte	622	638
Contas diversas	2 702	4 690
	45 188	56 234

A rubrica de cauções recebidas de clientes corresponde a depósitos de caução efectuados pelos locatários ou clientes no âmbito de contratos de locação financeira.

A rubrica do sector público estatal inclui valores de imposto sobre o rendimento a pagar relativos a exercícios anteriores no montante de 1072 milhares de euros.

A rubrica de fornecedores de bens para operações de financiamento automóvel refere-se a aquisições de equipamentos para operações de financiamento.

Em 31 de Dezembro de 2005, a rubrica de contas diversas inclui o montante de 452 milhares de euros (2004: 315 milhares de euros), correspondente ao valor remanescente a pagar pela aquisição da Inverbolsa em 2001.

17 — Contas de regularização do passivo:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2005	2004
Receitas antecipadas	13 804	3 146
Juros a pagar	7 462	4 399
Operações a aguardar liquidação financeira	13 320	64 345
Proveitos em suspenso	2 568	1 441
Férias e subsídio de férias a pagar	1 096	1 033
Outras contas de regularização	15 619	4 442
	53 869	78 806

Em 31 de Dezembro de 2005, a rubrica de receitas antecipadas é composta por valores referentes a operações de *forfeiting*.

As operações a aguardar liquidação financeira respeitam às operações por liquidar no final do exercício, decorrentes da actividade normal do Banco. Em 31 de Dezembro de 2004, esta rubrica incluía uma operação liquidada a 7 de Janeiro de 2005 em mercado primário no montante de 48 995 milhares de euros, nos termos do mandato da operação.

A 31 de Dezembro de 2005, esta rubrica inclui também o montante de 5197 milhares de euros (2004: 9615 milhares de euros) referente a rendas a pagar provenientes dos contratos titularizados.

Em 31 de Dezembro de 2005, a rubrica de outras contas de regularização inclui 9250 milhares de euros de operações de *swaps* de moeda e —1361 milhares de euros de valores de mercado dos *swaps* de taxa de juro de negociação.

18 — Provisão para riscos e encargos:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2005	2004
Provisão para riscos gerais de crédito (v. nota n.º 29)	5 554	6 079
Provisão para riscos bancários gerais	—	137
	5 554	6 216

Os movimentos ocorridos no exercício nas rubricas de provisão para riscos gerais de crédito e de provisão para riscos bancários gerais são analisados na nota n.º 29.

Estas provisões foram constituídas de acordo com o disposto no aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal, conforme referido nas notas n.ºs 1.7 e 1.8.

19 — Passivos subordinados:

Em 6 de Fevereiro de 1995, o Grupo procedeu à emissão de obrigações de caixa subordinadas no montante de 49 880 milhares de euros (10 000 000 000\$), representada por 1 000 000 de títulos com o valor nominal de 49,88 euros (10 000\$), cada.

A 30 de Janeiro de 2005 foi efectuada a amortização da última prestação do empréstimo obrigacionista, no montante de 9976 milhares de euros.

Em 19 de Dezembro de 2001, o Grupo procedeu à emissão de obrigações de caixa subordinadas no montante de 10 000 milhares de euros, representada por 200 000 títulos com o valor nominal de 50 euros, cada.

Os juros destas obrigações vencem-se semestral e postecipadamente em 19 de Julho e 19 de Janeiro de cada ano. A taxa de juro destas obrigações corresponde à Euribor a seis meses em vigor no segundo dia útil anterior ao início de cada período semestral de contagem de juros, acrescida de 1%.

O empréstimo será amortizado ao par na data de 19 de Janeiro de 2012, podendo, contudo, ser reembolsado antecipadamente por opção do Grupo, mediante autorização prévia do Banco de Portugal, a partir da data de pagamento do décimo período de contagem de juros.

Em 4 de Maio de 2005, o Banco procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista no montante de 75 000 milhares de euros.

Os juros deste empréstimo vencem-se trimestral e postecipadamente. A taxa de juro em vigor corresponde à Euribor a três meses, acrescida de 1,35%.

O empréstimo será amortizado ao par, na data de 4 de Maio de 2015, podendo contudo ser reembolsado antecipadamente a partir do 5.º ano por opção do Grupo e mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento de juros.

Os encargos do Grupo com os passivos subordinados imputados no exercício ascendem a 2112 milhares de euros dos quais foram pagos 1530 milhares de euros.

20 — Capital:

O capital de 75 000 milhares de euros é representado por 75 000 000 de acções com direito a voto de valor nominal de um euro cada e encontra-se integralmente realizado.

Quatro dos accionistas do Banco possuem individualmente uma participação superior a 5% do capital. No seu conjunto, estes accionistas detêm aproximadamente 79% do capital do Banco.

21 — Reservas e resultados acumulados:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2005	2004
Reserva legal	15 629	9 818
Reservas de reavaliação	767	767
Reservas livres e Resultados transitados	73 523	50 415
	89 919	61 000

Nos termos das normas societárias e contabilísticas em vigor, aplicáveis ao Banco e às suas subsidiárias portuguesas, a reserva legal, os prémios de emissão e as reservas de reavaliação realizadas só podem ser utilizados para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

A rubrica de reservas de reavaliação refere-se à reavaliação do imobilizado corpóreo realizada em 1997, nos termos do Decreto-Lei n.º 31/98.

O Banco e as suas subsidiárias sujeitas à legislação portuguesa aplicável ao sector bancário (artigo 97.º do Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro) devem reforçar a reserva legal com pelo menos 10% do lucro líquido apurado em cada exercício, até à concorrência do capital social.

As restantes empresas do Grupo com sede em Portugal, de acordo com a legislação vigente, deverão reforçar anualmente a reserva legal com uma percentagem mínima de 5% dos lucros líquidos anuais, até 20% do capital.

De acordo com a deliberação da assembleia geral datada de 9 de Maio de 2005, o Banco Finantia, S. A., procedeu à distribuição de dividendos no montante de 0,22 euros por acção em circulação, que correspondeu a um montante total de 15 810 milhares de euros distribuído aos accionistas.

22 — Juros e proveitos equiparados:

O valor desta rubrica é composto por:

	2005	2004
Juros de títulos de investimento	51 139	22 853
Juros de títulos de negociação	47 322	30 444
Juros de crédito	21 463	24 976
Juros de aplicações	14 546	7 654
Prémios de <i>swaps</i> de moeda	6	3 366
Juros de <i>swaps</i> de taxa de juro	—	1 270
Outros proveitos	2 421	2 397
	136 897	92 960

23 — Juros e custos equiparados:

O valor desta rubrica é composto por:

	2005	2004
Juros de títulos vendidos com acordo de recompra	16 759	7 648
Juros de depósitos de clientes	4 737	5 167
Juros de depósitos de instituições de crédito	9 223	5 954
Juros de <i>swaps</i> de taxa de juro	—	2 307
Juros de operações de cobertura de risco de taxa de juro	9 100	2 662
Outros custos	6 399	3 986
	46 218	27 724

24 — Resultados de comissões:

O valor desta rubrica é composto por:

	2005	2004
Proveitos de comissões:		
Garantias prestadas	4 758	4 960
Por gestão de activos securitizados	3 832	2 579
Por encargos contratuais	5 804	2 502
Por serviços bancários prestados	2 238	2 968
Gestão de fundos de titulariz. de crédito	733	814
Outras comissões	4 912	1 746
	22 277	15 569

Custos de comissões:

Por serviços bancários de terceiros	936	786
Por operações realizadas com títulos	72	104
Outras comissões	937	1 611
	1 945	2 051

As comissões das garantias prestadas incluem os proveitos provenientes das operações com *swaps* associados a eventos de crédito (v. nota n.º 33).

25 — Resultados de operações financeiras:

O valor desta rubrica é composto por:

	2005	2004
Lucros em operações financeiras:		
Operações com títulos	99 792	115 485
Operações para cobertura de risco de taxa de juro	56 303	39 247
Operações cambiais	15 707	47 509
<i>Swaps</i> de taxas de juro	21 593	20 417
Outros lucros	608	2 263
	194 003	224 921

	2005	2004
Prejuízos em operações financeiras:		
Operações com títulos	93 988	100 466
Operações para cobertura de risco de taxa de juro	54 634	40 169
Operações cambiais	15 206	48 054
Swaps de taxas de juro	21 059	18 240
Outros prejuízos	390	645
	185 277	207 574

26 — Custos com pessoal:

O valor desta rubrica é composto por:

	2005	2004
Remunerações	15 701	14 843
Encargos sociais	2 862	2 604
Outros custos	792	652
	19 356	18 099

O valor das remunerações atribuídas aos órgãos de gestão e fiscalização do Grupo, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, foram de 1670 milhares de euros e 1618 milhares de euros, respectivamente.

O número médio de pessoal, dividido por categorias, durante 2005 e 2004, pode ser analisado como segue:

	2005	2004
Quadros superiores	159	144
Outros quadros	158	165
Administrativos	144	131
	461	440

27 — Outros gastos administrativos:

O valor desta rubrica é composto por:

	2005	2004
Serviços especializados	4 973	5 173
Despesas com registo de veic. automóveis	4 870	3 756
Deslocações estadas e representações	2 672	1 884
Comunicações	1 752	1 807

	2005	2004
Publicidade	1 657	1 550
Conservação e reparação	1 374	1 494
Avenças e honorários	1 292	1 103
Seguros, serviços judiciais e contencioso	773	846
Rendas e alugueres	677	619
Material de consumo corrente	548	570
Água, energia e combustíveis	385	323
Formação de pessoal	226	161
Comissões	—	40
Outros fornecimentos e serviços	1 214	1 573
	22 413	20 899

28 — Outros proveitos e custos de exploração:

O valor desta rubrica é composto por:

	2005	2004
Proveitos:		
Prestação de serviços	4 874	7 276
Reembolso de despesas	2 771	4 386
Recuperação de créditos	675	835
Mais-valias na venda de equipamentos	51	367
Outros proveitos	573	725
	8 944	13 589
Custos:		
Encargos com originação de contratos	18 261	13 409
Menos-valias na venda de equipamentos	2 284	3 122
Outros custos	464	383
	21 009	16 914

A rubrica de mais-valias na venda de equipamentos respeita a ganhos obtidos na venda e relocação de bens de contratos de locação financeira rescindidos. As mais-valias obtidas na relocação destes bens, são reconhecidas numa base sistemática durante o período de vida dos novos contratos de locação.

A rubrica de menos-valias na venda de equipamentos refere-se a perdas verificadas na venda ou relocação de bens resultantes de rescisões de contratos de locação financeira.

29 — Provisões do exercício:

Os movimentos ocorridos nas contas de provisões no decorrer do exercício, são analisados como segue:

	Saldo inicial	Reforços	Anulações/ reposições	Alt. crit./var. cambial	Utilizações/ reclassif.	Saldo final
Crédito vencido e cobrança duvidosa (v. nota n.º 5)	10 879	6 816	(2 055)	—	(10 700)	4 940
Outras aplicações (v. nota n.º 11)	3 480	278	(613)	—	—	3 145
Títulos (v. nota n.º 6)	17	1 313	(22)	—	4	1 312
Operações de titularização (v. nota n.º 6)	17 695	10 254	(69)	—	(1 723)	26 157
Risco-país obrigações (v. nota n.º 6)	12 807	2 781	(2 781)	(12 807)	—	—
Risco-país <i>forfaiting</i> (v. notas n.ºs 4 e 5)	—	6 578	—	—	—	6 578
Unidades de participação (v. nota n.º 7)	75	5	(1)	—	(79)	—
Riscos gerais de crédito (v. nota n.º 17)	6 216	3 903	(4 790)	149	75	5 554
	51 169	31 928	(10 331)	(12 658)	(12 423)	47 685

No decurso do ano de 2005, o Banco Finantia, S. A., reverteu a provisão para risco país para a carteira de títulos, sendo o saldo transitado levado directamente a reservas livres, não tendo por isso afectado directamente o resultado do exercício [v. notas n.ºs 1.9, alínea a) e 6].

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, o Banco Finantia, S. A., constituiu provisões risco país para a carteira de *forfaiting* e garantias [v. notas n.ºs 1.9, alínea b), 4 e 5].

No decorrer do exercício de 2005, em virtude de se ter exercido uma *call* numa operação de titularização foi reclassificado o montante de 1720 milhares de euros da provisão de títulos para provisão para crédito vencido e de cobrança duvidosa e riscos gerais de crédito.

30 — Ganhos e perdas extraordinários:

O valor desta rubrica é composto por:

	2005	2004
Proveitos:		
Mais-valias na alien. de imobilizado e em participações financeiras	220	332
Outros ganhos extraordinários	498	1 874
	718	2 206

	2005	2004
Custos:		
Menos-valias na alien. de imobilizado	10	61
Outras perdas extraordinárias	1 405	3 152
	1 415	3 213

Em 31 de Dezembro de 2005, a rubrica de outros ganhos extraordinários inclui 150 milhares de euros relativos a penalizações por incumprimento de contratos de financiamento automóvel (2004: 656 milhares de euros).

Em 31 de Dezembro de 2005, a rubrica de outras perdas extraordinárias inclui o montante de 21 milhares de euros (2004: 1211 milhares de euros) referente a perdas relativas a exercícios anteriores em que 1072 milhares de euros é referente a correcções de imposto sobre o rendimento de exercícios anteriores (v. nota n.º 16).

31 — Impostos sobre lucros:

A diferença entre a carga fiscal imputada e a carga fiscal paga é analisada como segue:

Carga fiscal imputada (dotações):

Exercício de 2003	2 940
Exercício de 2004	1 646
Exercício de 2005	4 072

Carga fiscal paga e referente ao:

Exercício de 2003	390
Exercício de 2004	1 295
Exercício de 2005	671

A carga fiscal paga inclui pagamentos e retenções na fonte.

A provisão para impostos sobre lucros para o Banco Finantia, S. A. e suas subsidiárias, foi calculada de acordo com os critérios fiscais vigentes à data do balanço.

A taxa efectiva de pagamento dos impostos sobre lucros é inferior à sua taxa nominal de IRC (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas), devido a reporte de prejuízos fiscais de exercícios anteriores e benefícios fiscais, para além de outros créditos de imposto.

Cada empresa do Grupo prepara individualmente a declaração de impostos sobre os lucros. Não existe tratamento fiscal diferenciado entre os resultados correntes e os resultados extraordinários.

Os prejuízos fiscais declarados pelas empresas do Grupo ainda não utilizados e não confirmados pelas autoridades fiscais após dedução dos lucros fiscais de 2005 ascendem a 4008 milhares de euros (2004: 14 449 milhares de euros).

32 — Resultados em empresas associadas e em filiais excluídas da consolidação:

Esta rubrica reflecte o valor proporcional dos resultados da Sofinloc Mediadora — Sociedade de Mediação de Seguros, L.da

33 — Contas extrapatrimoniais:

Os valores extrapatrimoniais do Grupo são analisados como segue:

	2005	2004
Garantias e avales prestados	37 094	36 666
Cauções e activos dados em garantia <i>repos</i>	745 832	389 837
<i>Swaps</i> associados a eventos de crédito:		
Vendas	158 059	94 789

	2005	2004
Contratos futuros de depósito e <i>repos</i>	250	16 824
Outros compromissos	50 883	30 905
Activos sob gestão — titularização	668 923	481 674
Operações de titularização de crédito	2 754 123	3 404 669
Valores recebidos em depósitos	679 346	452 055
Garantias recebidas	859 447	173 017
Posição cambial a prazo:		

Compras	22 457	2 260
Vendas	20 920	2 249

Swaps de moeda:

Compras	272 074	72 886
Vendas	281 428	69 745

Swaps de taxa de juro:

Compras	1 069 960	975 187
Vendas	1 069 960	975 187

A rubrica de operações de titularização de crédito referem-se aos fundos sob gestão da Finantia — Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S. A., por conta dos detentores das unidades de titularização. O Grupo não detém quaisquer unidades de participação dos fundos de titularização por si geridos.

Os *swaps* de taxa de juro dizem respeito à cobertura dos créditos sobre clientes vendidos no âmbito das operações de titularização, sendo por sua vez contratadas operações simétricas para eliminação do risco de taxa de juro dessas mesmas carteiras.

34 — Saldos e transacções com empresas do Grupo:

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 os principais saldos inter-companhias, com as empresas em relação de grupo, incluídos nas demonstrações financeiras do Grupo Banco Finantia são analisados como segue:

	2005	2004
Sofinloc Mediadora, L.da:		
Contas de regularização do activo	2 009	1 624
Débitos para com clientes	1 988	1 719
Partes de capital em empresas coligadas	30	30
Outros proveitos de exploração	2 009	1 624

Finantipar — SGPS, S. A.:

Débitos para com clientes	68	26 225
Outros activos	5 700	4 800
Juros e proveitos equiparados	156	238

Finantipar Finance, Ltd.:

Crédito sobre clientes	12 300	—
Passivos subordinados	5 174	—
Débitos para com clientes	68	7
Juros e proveitos equiparados	142	156
Juros e custos equiparados	167	—

35 — Estrutura do balanço por prazos residuais:

A 31 de Dezembro de 2005, o balanço do Grupo por prazos residuais, pode ser analisado como segue:

Rubricas	Até três meses	De três meses a um ano	De um ano a cinco anos	Mais de cinco anos	Duração indetermin.	Total
Activos remunerados:						
Caixa e disponibilidade em bancos centrais	5 386	—	—	—	—	5 386
Disponibilidades sobre instituições de crédito ...	19 360	—	—	—	—	19 360
Outros créditos sobre instituições de crédito	1 160 462	127 590	37 301	180	—	1 325 533
Crédito sobre clientes	36 109	51 977	134 351	63 219	7 128	292 784
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	42 039	54 925	361 036	514 142	—	972 142

Rubricas	Até três meses	De três meses a um ano	De um ano a cinco anos	Mais de cinco anos	Duração indetermin.	Total
Acções e outros títulos de rendimento variável	—	—	—	—	17 978	17 978
Partes de capital em empresas coligadas	—	—	—	—	405	405
Outros activos	3 621	—	—	—	4 200	7 821
<i>Total</i>	<u>1 266 977</u>	<u>234 492</u>	<u>532 688</u>	<u>577 541</u>	<u>29 711</u>	<u>2 641 409</u>
Activos não remunerados	21 024	1 366	2 668	15 447	2 574	43 079
<i>Total do activo</i>	<u>1 288 001</u>	<u>235 858</u>	<u>535 356</u>	<u>592 988</u>	<u>32 285</u>	<u>2 684 488</u>
Passivos remunerados:						
Débitos para com instituições de crédito	849 113	11 083	235 000	775	—	1 095 971
Débitos para com clientes	389 252	71 668	199 835	535 461	—	1 196 216
Outros passivos	9 064	12 926	21 393	1 805	—	45 188
Passivos subordinados	—	—	—	85 000	—	85 000
<i>Total</i>	<u>1 247 429</u>	<u>95 677</u>	<u>456 228</u>	<u>623 041</u>	<u>—</u>	<u>2 422 375</u>
Passivos não remunerados	43 629	11 677	44	(1 481)	5 554	59 423
<i>Total do passivo</i>	<u>1 291 058</u>	<u>107 354</u>	<u>456 272</u>	<u>621 560</u>	<u>5 554</u>	<u>2 481 798</u>
Capitais próprios	—	—	—	—	202 690	202 690
<i>Total do passivo e dos cap. próprios</i>	<u>1 291 058</u>	<u>107 354</u>	<u>456 272</u>	<u>621 560</u>	<u>208 244</u>	<u>2 684 488</u>
Diferença entre activos e passivos remunerados	19 548	138 815	76 460	(45 500)	29 711	219 034
Diferença entre o total do activo e o total do passivo e capital próprio	(3 057)	128 504	79 084	(28 572)	(175 959)	—

36 — Estrutura do balanço por moedas:

Em 31 de Dezembro de 2005, a estrutura do balanço do Grupo por moedas pode ser analisada como segue:

	Dólares	Euros	Outras	Total
Activo:				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	6	5 369	11	5 386
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	9 738	9 397	225	19 360
Outros créditos sobre instituições de crédito	772 500	553 033	—	1 325 533
Crédito sobre clientes	25 165	267 619	—	292 784
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	635 803	336 339	—	972 142
Acções e outros títulos de rendimento variável	—	17 978	—	17 978
Partes de capital em empresas coligadas	—	405	—	405
Imobilizações incorpóreas	—	638	—	638
Imobilizações corpóreas	135	19 241	—	19 376
Acções próprias	—	2 574	—	2 574
Outros activos	65	7 756	—	7 821
Contas de regularização	8 193	12 278	20	20 491
<i>Total do activo</i>	<u>1 451 605</u>	<u>1 232 627</u>	<u>256</u>	<u>2 684 488</u>
Passivo:				
Débitos para com instituições de crédito	539 988	555 983	—	1 095 971
Débitos para com clientes	598 638	597 578	—	1 196 216
Débitos representados por títulos	—	—	—	0
Outros passivos	61	45 127	—	45 188
Contas de regularização	22 142	31 727	—	53 869
Provisões para riscos e encargos	—	5 554	—	5 554
Passivos subordinados	—	85 000	—	85 000
<i>Total do passivo</i>	<u>1 160 829</u>	<u>1 320 969</u>	<u>—</u>	<u>2 481 798</u>
Capitais próprios	—	202 690	—	202 690
<i>Total do passivo e dos capitais próprios</i>	<u>1 160 829</u>	<u>1 523 659</u>	<u>—</u>	<u>2 684 488</u>
Extrapatrimoniais:				
Forwards	(4 541)	4 228	—	(313)
Contratos de swaps	(281 427)	272 073	—	(9 354)
	<u>(285 968)</u>	<u>276 301</u>	<u>—</u>	<u>(9 667)</u>
Posição líquida	4 808	(14 731)	256	(9 667)

37 — Eventos subsequentes:

De acordo com o aviso n.º 1/2005 emitido pelo Banco de Portugal, o Grupo Banco Finantia, a partir do exercício de 2006, apresentará as suas contas consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC). Os principais impactos que advirão da adopção do novo normativo contabilístico serão os seguintes:

Consolidação de SPEs — de acordo com as NIC, as Special Purpose Entities (SPE) nos quais o Grupo exerça controlo ou em que lhe sejam substancialmente atribuíveis os riscos e benefícios passam a ser consolidados. No caso do Grupo, encontram-se nesta situação as SPEs constituídas no âmbito de operações de titularização. Este ajustamento terá um impacto positivo nos Capitais próprios do Grupo;

Reconhecimento dos custos e proveitos incrementais — segundo as NIC, as comissões associadas a instrumentos financeiros que não estejam associadas a prestação de serviços, deverão ser periodificadas ao longo da vida das operações, de acordo com o método de taxa efectiva. Este ajustamento terá um impacto positivo nos capitais próprios e resultados do Grupo;

Imparidade do crédito — as NIC estipulam o reconhecimento de perdas incorridas por imparidade, ao contrário do PCSB que exigia a constituição de provisões específicas de acordo com a antiguidade dos saldos em mora e uma provisão para riscos gerais de crédito. Este ajustamento terá um impacto negativo nos Capitais próprios do Grupo;

Reconhecimento de imposto diferido activos — segundo as NIC, deverão ser reconhecidos activos por impostos diferidos na medida da expectativa da sua recuperabilidade futura. A alteração desta política contabilística terá um impacto positivo nos capitais próprios do Grupo;

Mensuração da carteira de títulos — no âmbito das NICs, a carteira dos títulos do Banco Finantia será classificada em duas categorias de activos financeiros: negociação; e disponíveis para venda. Independentemente da sua classificação, os títulos serão mensurados em balanço ao justo valor, e as variações do justo valor serão reconhecidas por contrapartida de resultados do exercício no caso da carteira de negociação; no caso da carteira de disponíveis para venda serão reconhecidas numa reserva de reavaliação do Capital próprio. A adopção desta política contabilística terá um impacto positivo nos Capitais próprios do Grupo Banco Finantia decorrente do reconhecimento da actual carteira de investimento ao seu justo valor;

Mensuração dos instrumentos financeiros derivados — no âmbito das NICs, todos os instrumentos financeiros derivados contratados pelo Grupo Banco Finantia serão classificados como de negociação, à excepção dos que cumpram com os requisitos de contabilização de cobertura definidos pelas normas internacionais. Todos os derivados, independentemente da sua classificação serão mensurados no balanço pelo seu justo valor e o reconhecimento das variações de justo valor dos derivados dependerá da sua classificação: negociação ou cobertura. A adopção desta política contabilística terá um impacto negativo nos capitais próprios do Grupo Banco Finantia decorrente do reconhecimento dos *credit default swaps*, *swaps* de moeda e dos *interest rate swaps* das SPEs ao justo valor.

O Conselho de Administração: António Manuel Afonso Guerreiro, presidente — Eduardo de Almeida Catroga — Eduardo José de Belém Garcia e Costa — Heinz Herbert Jackel — José Maria Iceta Berecibar — Marcus Ivor Hopkins — Maria Luísa Falcão Libano Monteiro Antas. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Certificação legal das contas consolidadas

1 — **Introdução.** — Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Finantia, SA, as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2005, (que evidencia um total de 2 684 488 milhares de euros e um total de capital próprio de 202 416 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 37 497 milhares de euros), as demonstrações consolidadas dos resultados, por naturezas e por funções, e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente anexo. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as instruções n.º 4/96 e n.º 71/96 do Banco de Portugal e outras disposições e práticas geralmente aceites em Portugal para o sector bancário.

2 — **Responsabilidades.** — É da responsabilidade do conselho de administração do Banco a preparação de demonstrações financeiras

consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — **Âmbito.** — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5 — O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — **Opinião.** — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Banco Finantia, S. A., em 31 de Dezembro de 2005, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos definidos nas instruções n.º 4/96 e n.º 71/96 do Banco de Portugal e outras disposições e práticas geralmente aceites em Portugal para o sector bancário.

Lisboa, 7 de Março de 2008. — PricewaterhouseCoopers & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.ª, representada por José Manuel Henriques Bernardo, revisor oficial de contas.

Relatório e parecer do conselho fiscal

1 — Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o relatório consolidado de gestão e as demonstrações financeiras consolidadas apresentados pelo conselho de administração do Banco Finantia, S. A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.

2 — No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade do Banco e das suas filiais e associadas mais significativas. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação. Vigiamos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 — Acompanhámos igualmente os trabalhos desenvolvidos por PricewaterhouseCoopers & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.ª, e apreciamos a certificação legal das contas, em anexo, com a qual concordamos. Tomámos também conhecimento do teor do relatório sobre a fiscalização endereçado por aquela sociedade ao conselho de administração nos termos do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

4 — No âmbito das nossas funções verificámos que:

i) O balanço consolidado, as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e o correspondente anexo per-

mitem uma adequada compreensão da situação financeira do Banco e dos seus resultados;

- ii) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;
- iii) O relatório consolidado de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação do Banco e do conjunto das filiais incluídas na consolidação evidenciando os aspectos mais significativos.

5 — Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do conselho de administração e serviços e as conclusões constantes da certificação legal das contas, somos do parecer que:

- i) Seja aprovado o relatório consolidado de gestão;
- ii) Sejam aprovadas as demonstrações financeiras consolidadas.

Lisboa, 7 de Março de 2008. — O Conselho Fiscal: *José Manuel de Almeida Archer*, presidente — *Fernando Manuel Farrajota Condeça*, vogal — PricewaterhouseCoopers & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.da, representada por *José Manuel Henriques Bernardo*, revisor oficial de contas, vogal. 3000203039

BIG FUNDOS — SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIOS, S. A.

Sede: Praça Duque de Saldanha, 1, 8.º, 1050-094 Lisboa.
Capital social: 1 250 000 euros.
Pessoa colectiva n.º 504348051.
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 8196.

Relatório e contas de 2005

Relatório do conselho de administração

A BIG Fundos — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliários, S. A., foi constituída em 9 de Abril de 1999, sendo detida a 100% pelo Banco de Investimento Global, S. A.

A BIG Fundos desenvolve a sua actividade tendo em consideração os seguintes vectores estratégicos: investimento global, independência e especialização.

Durante o ano de 2005 a BIG Fundos não exerceu a actividade de gestão de fundos de investimento mobiliários.

Como principais actos de gestão ocorridos em 2005, salientam-se:

- 1) A aprovação da transmissão das acções representativas do capital social da sociedade, em execução do contrato-promessa celebrado em 1 de Abril de 2005 entre o Banco de Investimento Global, accionista único, e a Tiner — SGPS, S. A.;
- 2) A extinção de quaisquer compromissos contratuais com entidades externas e colaboradores com vínculo laboral, com efeitos a partir de 1 de Abril de 2005.

Quer em 19 de Julho de 2005, e depois em 27 de Setembro de 2005, o Banco de Portugal deduziu oposição relativamente ao projecto de aquisição de 100% do capital social e dos direitos de voto da BIG Fundos — SGFIM, S. A., pela Tiner — SGPS, S. A., por entender que o projecto não permitia, ainda, remover as reservas no que respeita a conflitos de interesse e quanto à suficiência de meios técnicos, humanos e materiais da Tiner — SGPS, S. A.

Já no presente ano de 2006, especificamente em sessão de 7 de Fevereiro de 2006, o conselho de administração do banco de Portugal deliberou não deduzir oposição à aquisição da totalidade do capital social da BIG Fundos pela Tiner — SGPS, S. A.

O conselho de administração pretende agradecer o contributo dado neste exercício pelos colaboradores, membros dos restantes órgãos sociais, auditores e entidades supervisoras.

Proposta de aplicação de resultados e capitalização da sociedade

A BIG Fundos obteve no exercício de 2005 um resultado líquido negativo de 106 462 euros. O conselho de administração propõe a seguinte aplicação de resultados:

Transferência do resultado líquido negativo de 2005 pela sua totalidade para resultados transitados, ou seja, 106 462 euros.

Nos termos do artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais e ascendendo a situação líquida da sociedade (constituída pelo capital subscrito, reservas e prejuízo do exercício) a um montante de 558 919 euros, o conselho de administração da sociedade propõe a convocação da assembleia geral de accionistas, de modo a que estes possam deliberar sobre (i) a redução do capital social de 1 250 000 euros para montante não inferior ao capital próprio da sociedade ou em alternativa (ii) a realização pelo sócio de entradas para reforço da cobertura do capital.

Lisboa, 23 de Fevereiro de 2006. — O Conselho de Administração: *(Assinaturas ilegíveis.)*

Balanços em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

ACTIVO

	Notas	2005			2004
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	51	559 790	—	559 790	432 553
Imobilizações corpóreas	11	—	—	—	3 303
Outros activos	31	1 411	—	1 411	—
Contas de regularização	27	2 135	—	2 135	282 930
<i>Total do activo</i>		<i>563 336</i>	<i>—</i>	<i>563 336</i>	<i>718 786</i>

PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA

	Notas	2005	2004
Outros passivos	31	—	8 613
Contas de regularização	27	4 417	44 792
		<i>4 417</i>	<i>53 405</i>
Capital subscrito	52 e 53	1 250 000	1 250 000
Reservas	53	127 868	127 868
Resultados transitados	53	(712 487)	(608 025)
Resultado líquido do exercício	53	(106 462)	(104 462)
		<i>558 919</i>	<i>665 381</i>
<i>Total do passivo e da situação líquida</i>		<i>563 336</i>	<i>718 786</i>

O Conselho de Administração: *(Assinaturas ilegíveis.)*